

EDIANA ROBERTA DUARTE MANHAS

FAMÍLIAS ADOTIVAS
uma análise da literatura

Assis
- 2003 -

EDIANA ROBERTA DUARTE MANHAS

FAMÍLIAS ADOTIVAS

uma análise da literatura

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, para obtenção de título de mestre em Psicologia (Área de concentração: Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Dr^a Maria de Fátima Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Acácio José Santarosa, CRB-8/157)

M277f Manhas, Ediana Roberta Duarte
Famílias adotivas : uma análise da literatura / Ediana
Roberta Duarte Manhas. - Assis, 2003.
124 f.
Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e
Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista

1. Adoção. 2. Adoção - Famílias adotivas. 3. Adoção -
Análise do Conceito de Família - Literatura Atual. 4. Adoção
- Brasil - Estudo Qualitativo - Conceito de Família -
Literatura Especializada. 5. Família - Conceituação -
Literatura sobre adoção. 6. Abandono de Crianças. 7.
Crianças institucionalizadas. I. Título.

CDD - 362.734
- 301.421

*"A todos que acreditam na
pesquisa como uma forma ética
para identificar e mudar
preconceitos"*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Dr^a Maria de Fátima Araújo, minha orientadora, pela competência e dedicação para realização desta pesquisa;

Aos doutores Fernando Silva Teixeira Filho e Maria Luiza Castro Valente, pelo carinho, aprendizado e oportunidade de participar do Núcleo de Estágio, Pesquisa e Clínica em Adoção da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Campus de Assis;

À Gabriela Schereiner pelo carinho, dedicação e colaboração;

Ao Doutor José Sterza Justo pelo cuidado na leitura e na crítica;

Às famílias adotivas que atendi no Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada (C.P.P.A.) da UNESP - Campus de Assis, pelo aprendizado e pela confiança em mim depositada;

Aos amigos da Casa da Criança, especialmente ao Sr. Manoel Martinho, e à Jô Araújo, pela confiança e apoio;

A CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou o enriquecimento da pesquisa;

Aos meus familiares, especialmente minha mãe e meu pai *in memoriam*, pelo apoio, incentivo e motivação para o aprendizado e aprimoramento do Conhecimento;

Ao Cal, pelo bom humor, incentivo, paciência e carinho;

A todos, a quem não me referi, mas que também colaboraram.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ASBTRACT.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
1 AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DA ADOÇÃO:	
Um caminho para des-construção do mito.....	19
1.1 ADOÇÃO NOS TEMPOS CIVILIZAÇÕES E TEORIAS.....	19
1.1.1 A ADOÇÃO NO BRASIL.....	23
1.1.2 A ADOÇÃO NOS DIFERENTES DISCURSOS DE SABER.....	30
2 RESGATANDO A INSTITUIÇÃO FAMILIAR NA HISTÓRIA:	
Primórdios de uma problematização contemporânea sobre a família adotiva.....	36
2.1 A FAMÍLIA NO BRASIL COLÔNIA:	
Da família Aristocrática à família moderna.....	43
2.2 A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA EM DEBATE.....	48
3 METODOLOGIA.....	57
3.1 OBJETIVO.....	57
3.2 MATERIAL DE PESQUISA.....	57
3.3 OBJETO DE ESTUDO E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS.....	58
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	64
4.1 APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS	64
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	67
5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	118

RESUMO

Este trabalho é um estudo qualitativo que visa cartografar o conceito de família na literatura brasileira atual, relativa às práticas pessoais, profissionais e/ou acadêmicas de Adoção. Para a seleção das obras, utilizamos um trabalho já existente na literatura, no qual são reunidas 680 publicações referentes aos temas Adoção, Abandono e Institucionalização, e para a organização e análise pautamo-nos na metodologia da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977). Tendo em vista que o Estatuto da Criança e do Adolescente promulga em seu artigo 29 a exigência de um ambiente adequado para que a criança possa ser colocada em uma família substituta, e que, nos dias atuais, convivemos com diferentes configurações e arranjos familiares, fomos buscar nas diversas (re) produções do saber a forma *como* o conceito de família vem sendo abordado em trabalhos produzidos de acordo com diferentes orientações paradigmáticas. Concluímos que não existe uma forma de abordagem, nem tão pouco uma que seja considerada ideal, pois as concepções são muitas e carregam consigo valores relacionados às práticas profissionais, às teorias do conhecimento e às experiências pessoais com a maternidade e paternidade adotiva.

Palavras chave

Adoção; Família; Infância; Contextualização; Abandono.

ABSTRACT

This work is a qualitative study that aims to map the concept of family in the contemporary Brazilian literature regarding personal practices, professionals and / or academics of Adoption. The works were selected from an already existent work in the literature, which join 680 publications related to Adoption, Abandonment and Institutionalization subjects. For selection, organization and analysis of the works we based ourselves in the Content Analysis methodology proposed by Bardin (1977). In view of the Child and Adolescent Statute promulgates on its article 29 the requirement of an appropriate family ambient - so that the child can be placed in a replacement family - and that nowadays we live with a lot of configurations and relatives arrangements, we looked in a lot of (re) productions of learning for the way how the family concept has been dealt with in produced works according to different paradigmatic advises. We concluded that does not exist a way of approach, not even one that can be considered ideal, the conceptions are various and carry with them values related to the professionals practices, knowledge theories, personal experiences and knowledge with the maternity and paternity adoptive.

Key words:

Adoption; Family; Childhood; Contextualization; Abandonment .

Introdução

Diante das mudanças ocorridas em nossa sociedade no que se refere às "constituições" ou "arranjos" familiares como, por exemplo, famílias constituídas a partir de uniões consensuais, famílias chefiadas por mulheres, famílias (re) constituídas a partir de casamentos desfeitos, nas quais os filhos são enteados do (a) novo (a) companheiro (a), casamentos homossexuais etc. e, levando em conta a importância dada a família como lugar de ancoragem da criança e do adolescente, consideramos importante um trabalho de análise da literatura que tenha sido produzida a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente sobre este assunto.

Portanto, neste estudo, buscaremos apreender as retratações da Instituição Familiar presentes na literatura, as quais legitimam práticas, crenças e valores sobre as relações sociais e afetivas entre pais e filhos. Interessa-nos investigar o modo *como* é considerada a família nas (re) produções de saber, principalmente porque estamos diante de uma sociedade em que os meios de comunicação enfatizam a existência de crianças e adolescentes "destituídos de família", fato difundido na mídia como abandono infantil.

Parece contraditório o fato de que uma das imagens relativas aos aspectos sociais de nosso país seja a marginalização e o abandono infantil, sendo que, as filas de candidatos à adoção permanecem extensas. Ainda sobre as

condições de abandono infantil, são freqüentes as alusões aos seguintes fatos¹:

- Existe mais de um milhão de crianças e adolescentes brasileiros em abrigos;
- A maioria das crianças chega aos abrigos entre oito e doze anos de idade;
- 43% das crianças passa de um a doze anos internadas e 25% delas passa de seis a dezessete anos;
- A maioria das crianças "abrigadas" tem família;
- 69% não recebe visitas de suas mães regularmente;
- 85% não recebe visitas regulares de seus pais;
- 41% nunca recebeu visitas;
- No ano de 2000, chegou a vinte e três mil o número de crianças brasileiras que perderam suas mães em função da AIDS;
- Em São Paulo (maio de 1997), 1.748 crianças estavam em instituições sociais já disponíveis para adoção. Em Santa Catarina não se tem uma estimativa exata, porém sabe-se que mais de mil crianças e adolescentes encontram-se na mesma situação.

Portanto, não nos parece precipitado concluir que estamos diante de um número grande de crianças e adolescentes que se

¹ Dados retirados do Primeiro Guia de Adoção de Crianças e Adolescentes do Brasil. Winners Editorial, 2000.

encontram destituídos de família ao lado de um número também extenso de candidatos à adoção.

Se avançarmos na construção de um saber acerca das informações citadas entenderemos a adoção, tal qual se apresenta nas práticas atuais, ou seja, enquanto um desdobramento de moldes, valores e crenças sociais construídas historicamente.

No Brasil, até a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as crianças eram adotadas de acordo com motivações diversas provenientes apenas dos adotantes. Assim, a adoção era praticada por casais que não podiam gerar uma criança por motivos biológicos; ou por indivíduos solteiros que almejavam companhia de um filho para não envelhecerem sozinhos; ou mesmo por famílias que por ideais cristãos queriam dar um lar a uma criança abandonada. De qualquer forma, até então, a criança adotada era tratada enquanto aquele que estaria à espera de alguém que viesse escolhê-la em uma Instituição ou ainda aquela que, por sorte, teria um intermediário que a colocasse, através da adoção "à brasileira"² em uma família adotiva.

Nas práticas atuais, preconizadas pelo ECA, pela Lei Orgânica da Assistência social - LOAS (1997) e pelo Código Civil, há uma preocupação maior com o adotivo, diferentemente do que ocorria antes, quando a figura principal era a do adotante. Tal

² Denomina-se "adoção à brasileira" aquela que é realizada à revelia da lei.

mudança de visão pode ser observada na seguinte passagem do ECA: "*é direito da criança ou adolescente ser criado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta*". As próprias leis criadas pelo governo para assegurar serviços, benefícios e programas de assistência social para famílias em "situação de risco social e pessoal", também podem ser compreendidas como um esforço no sentido de garantir à criança o seu direito a uma família.

Pretendemos, através do nosso estudo, analisar na literatura a concepção de família nas obras que tratam de experiências de adoção, para que possamos contribuir, não só com a rede de profissionais inseridos em práticas sociais direcionadas à infância, mas também para uma reflexão sobre a concepção de "abandono infantil" veiculada nos meios de comunicação cotidianamente.

Além disso, consideramos que a associação entre abandono infantil e as práticas de adoção deve ser analisada de forma que sejam considerados e evidenciados os paradigmas de infância, família e adoção, os quais são norteadores da "práxis" relativa a estes mesmos segmentos.

Ressaltamos ainda o fato de coexistir famílias em condições socioculturais precárias com as "crianças abandonadas", sendo, portanto, necessário analisar também as formas como vêm sendo abordadas e propostas as políticas públicas de atendimento à infância e à pobreza em nosso país.

Desta forma, uma abordagem crítica a respeito destes acontecimentos demanda o entrelaçamento dos mesmos, bem como uma contextualização social e histórica para que se possa analisar, refletir e apontar possíveis soluções. Sendo a família o nosso objeto circundante de estudo, adotamos neste trabalho a seguinte concepção:

A família não é um fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado. (PRADO, 1994, 12)

Com base neste conceito de família, e com outras contribuições: Bereinstein (1988), Casey (1992), Cooper (1980), Costa (1980), Engels (1980), Sérvulo e Figueira (1981), Levi-strauss (1980), Poster (1979), Araújo (1993), Prado (1994) Donzelot (1986), Ackermann (1986), Andolfi (1988 e 1989)³, entre outros, realizamos o nosso estudo, de forma que possamos então articular saberes relativos à Instituição familiar com práticas e teorias referentes à adoção.

Selecionamos na literatura o material existente que articula os temas adoção e família para analisar que concepção foi utilizada nas (re)produções de conhecimento acerca da

³ Embora sob diversas perspectivas nestas obras a família é abordada numa linha de análise sócio - histórica, ou seja, aquela que considera a Instituição Familiar enquanto instância (re)produtora de comportamentos / acontecimentos sociais/ coletivos.

adoção. Para tanto, utilizamos a bibliografia nacional sobre adoção, sugerida no "*Catálogo Bibliográfico 680 Sugestões de leitura Adoção, Abandono e Institucionalização*", organizado por Gabriela Shereiner e publicado pela editora Brasiliense, no ano de 1999.

Ao analisarmos as concepções de família e os saberes relativos à adoção, pautamo-nos nas *construções possíveis de representações e imagens* acerca do entrelaçamento dos temas adoção e família na produção profissional e/ou acadêmica.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069, de 17/07/90), referência primordial no que diz respeito às novas imagens e concepções da criança e do adolescente na atualidade, "podem adotar indivíduos maiores de vinte e hum anos, independentemente do estado civil" (art. 42) no entanto, segundo Weber (1998), 91% dos pais que adotam estão casados na época da adoção e a média de idade dos adotantes é de 33 anos para mulher e 38 para o homem.

Diante do contraste entre a prática e a legislação referente à adoção, verifica-se que, embora a lei promulgue a aceitação de pessoas solteiras e com idade mínima de vinte e hum anos como estando aptas para adoção; na prática, existe uma resistêcia a estas novas preconizações, pois em sua maioria (91 %) os adotantes são casados e possuem em média uma idade mais avançada do que a permitida por lei.

Muitas podem ser as explicações deste acontecimento, porém nos importa, para realização deste trabalho, investigar como

são edificadas na literatura as experiências de adoção e a instituição de vínculos familiares.

Seguindo adiante, indagamo-nos, a respeito do mesmo Estatuto, como são entendidos e aplicados os dispositivos da legislação que envolvem termos e expressões não definidas suficientemente. Por exemplo: "*Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado*"? Qual modelo de família é considerado adequado? Ou, mais precisamente, como os sujeitos envolvidos nas tramas da adoção, sejam eles técnicos, adotantes ou adotados, entendem esta norma?

Que tipo de subjetividade pode estar sendo produzida nos adotantes, assim como em outros envolvidos no processo de adoção, diante de uma lei que possui como exigência para colocar em família substituta a existência de um *ambiente adequado*? O que seria um ambiente familiar adequado, diante dos diversos arranjos familiares encontrados em nossa sociedade atual?

Gostaríamos de evidenciar que, a nossa temática (Família Adotiva Brasileira) será contemplada apenas através de publicações referentes ao objeto de estudo escolhido, pois diante da amplitude de possibilidades apresentadas pela metodologia de análise qualitativa, consideramos este material o mais apropriado para a realização da proposta apresentada.

O contato com alguns estudos realizados na Universidade Estadual Paulista/Campus de Assis: Mello (1996), Silva e Turcatto (1995 e 2000), além da participação em um núcleo de estágio, pesquisa e clínica em adoção (também oferecido neste campus), mostra-nos que a adoção parece ser um processo mitificado e até mesmo fragilizado por não possuir autonomia. Ou seja, os sujeitos protagonistas do processo de adoção são (des)subjetivados pela lei que, à feição Kafkaniana, impõe-lhes exigências e rituais incompreensíveis e dissimuladores de preconceitos e interesses inconfessáveis.

De acordo com Melo, as famílias adotivas menosprezam a sua própria condição de sujeitos (co)responsáveis na construção de vínculos afetivos positivos, tais como segurança, proteção, acolhimento, amor, etc. proporcionados pela vivência das funções materna e paterna (MELO, 1996).

A construção destes vínculos se dará a partir do momento em que estes sujeitos se permitirem e se posicionarem enquanto atores principais da relação entre pais e filhos. Na verdade, a inter-relação afetiva, aliada a vários critérios selecionados e avaliados pelas equipes de profissionais forenses, permeada por motivações oriundas do desejo de maternagem, paternagem e filiação é que dará subsídios para que se "homologue" e "concretize" o processo de adoção.

No entanto, não é desta forma que as famílias adotivas se apresentam, visto que os laços afetivos aparecem como sendo

fragilizados. Não se ouve falar em família adotiva antes da legalização do processo.

Os pais adotivos anseiam pela rapidez da conclusão do processo de adoção para que possam se tornar *uma família de verdade* (MELO, 1996). Novamente nos perguntamos: *baseados em que concepção? Como* foram construídos estes processos de subjetivação, em que, adotantes e adotados encontram-se submissos a um saber que lhes aliena de suas próprias vivências, ditando-lhes sentimentos, afetos, vínculos, formas de relacionamento e o que diz respeito à essa experiência singular de filiação?

Mesmo depois da legalização, portanto, após a sanção dos vínculos afetivos pela lei, surgem questões como: "Dizer ou não dizer?" "Posso tocar no assunto ou é melhor esquecer?" "E se ele quiser ir embora?" "E se ele não quiser ficar comigo?" "Coitadinha, não quero que ela sofra" (MALDONADO, 1997, p. 5).

Temos aí novamente a fragilização dos laços afetivos e sociais gerados pela experiência do parentesco adotivo, que por si só parece não garantir a condição de pai, mãe e filho, ou seja, as famílias adotivas parecem vivenciar essa experiência de acordo com o modelo da Família Burguesa, originada no século XVIII, na qual os laços biológicos eram enaltecidos e super valorizados.

Em Ezell (1994), Gomes (1998), Maldonado (1995), Weber (1998) e Ramires (1998), a família adotiva parece ocupar uma posição que corresponde exatamente às expectativas esperadas,

ou seja, é geradora de laços afetivos positivos, os quais são considerados por estes autores imprescindíveis para o sucesso da adoção e parecem suprir a maior necessidade da criança: relações afetivas pautadas no amor, carinho, segurança, proteção, cuidados com a saúde e alimentação etc. Neste sentido, a adoção segue outras orientações que dão a esta experiência um caráter solidário, de caridade e, em alguns casos, de desejo de vivenciar a maternidade e a paternidade.

Até o momento, tínhamos relatos de pesquisa e casos clínicos sobre uma posição fragilizada a respeito dos laços de adoção. No entanto, os autores citados parecem nos indicar outros caminhos: a adoção enquanto uma prática solidária, de caridade e combate ao abandono infantil ou enquanto a realização do desejo de vivenciar a maternidade e a paternidade.

Estamos diante de diferentes paradigmas que conferem à experiência de adoção uma "luta" para adequar-se a um *modelo* promissor em relação ao desenvolvimento social e afetivo da criança adotada. Novamente nos perguntamos: que modelo? Como foram construídas/instituídas estas mesmas práticas?

São considerações contraditórias que, em alguns momentos, colocam a família como a salvação para os conflitos referentes ao abandono e, em outros, estas mesmas famílias são culpabilizadas e até sentem-se ameaçadas por supostamente não atenderem aos padrões da normalidade presente na família "natural".

Seja qual for o corredor semântico percorrido pelo conceito de família adotiva; ou aquela que vem para dar família à criança abandonada ou aquela que não consegue preencher o lugar da família biológica; ela sempre ocupará o lugar de vilã, talvez por ser comparada ao modelo de família nuclear/biológica, da qual estas crianças foram *privadas*. (VARGAS, 1998)

Essas são considerações que não pretendem responder à nossa questão - *como é utilizado o conceito de família na literatura referente a adoção?*- mas sim, ressaltar a importância de continuar a pesquisa.

Assim, no capítulo 1 faremos uma abordagem da adoção nos diferentes tempos e culturas, a fim de construirmos uma linha de raciocínio para analisarmos a adoção na atualidade. Com o mesmo propósito, capítulo 2, discorreremos a respeito da Instituição Família. No capítulo 3, apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. No capítulo 4, os dados da pesquisa e no capítulo 5 a discussão e conclusão do trabalho.

1. AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DA ADOÇÃO

Um caminho para des-construção do mito

1.1. A adoção nos tempos, civilizações e teorias

Nos tempos antigos, as práticas de adoção eram movidas principalmente por razões religiosas, pois acreditava-se que a presença de descendentes asseguraria uma boa condição aos mortos, já que castigos ou recompensas após a morte estariam diretamente associados aos ritos fúnebres, mais do que à própria conduta do sujeito enquanto vivo; daí a importância de ter um descendente que realizasse tais rituais e garantisse uma boa condição ao adotante falecido. Conforme nos lembra Lotufo, já nesta época, "o filho adotivo não poderia retornar ao seu lar e, se assim o fizesse, deveria deixar um filho que lhe asseguraria a perpetuidade" (Lotufo, 1992).

Na Idade Antiga, temos informações acerca da adoção através do Código de Hamurabi, da Civilização Romana, um dos primeiros da história da humanidade (1750 - 1685 a.C.), segundo o qual, os pais biológicos não podiam reclamar seus filhos de volta a não ser nos seguintes casos:

- que os adotivos não fossem tratados como filhos pelo adotante;
- que o filho adotivo tivesse sido renegado em favor da prole natural do pai adotivo;

- que a família adotiva tivesse um ofício e não o ensinasse ao filho;

Quanto ao pai adotivo, havia a possibilidade de revogar a adoção nos casos de ingratidão do adotando.

Em Roma a adoção acontecia em função de razões religiosas, porém, como aponta Valentino Rabindranath

[...] a adoção também foi criada para corrigir as divergências entre o parentesco civil (agnatio) e o parentesco de sangue (cognatio), permitindo aos ascendentes fazer entrar na família agnatia descendentes que o sistema artificial do parentesco afastava". (apud LOTUFO, 1992, p. 10)

A adoção também possuía finalidades políticas, pois possibilitava aos latinos obter cidadania e aos plebeus serem patrícios e vice-versa. Conforme tais informações, percebemos, desde já, que os trâmites da adoção seguem conforme as necessidades políticas e sociais de determinada época.

Referendando a importância das razões religiosas, na época em questão, temos também, conforme afirma Lotufo, as Leis de Manu, coletânea mais importante da época hindu (séc. II a.C. - II d. C.), de acordo com as quais "o adotando deveria ser homem, pertencer à mesma classe social do adotante e ter conhecimento das cerimônias religiosas". (LOTUFO, 1992)

Diversos autores discorrem sobre questões relativas à adoção na idade média: Lotufo (1992), Marcílio (1997), Vargas (1998), Weber (2000), Rodrigues (2001). Segundo eles, nesta época, as relações de parentesco eram influenciadas pelos interesses dos senhores feudais, pelo Direito canônico e pelas diretrizes da Família Cristã. De acordo com tais segmentos, o filho adotivo representava o fruto de relações extra familiares, condenadas pelas instituições familiares, religiosas e legislativas.

Paralelamente, conforme assinala Giulio Vismara, a adoção passava a ser entendida como "um instrumento idôneo para desenvolver, naqueles que não tinham filhos do próprio sangue, um sentimento cristão de paternidade e proteção" (apud LOTUFO, 1992, p.12). Os mesmos seguimentos que condenavam a adoção porque ela viabilizava a filiação de crianças oriundas de relações extra conjugais, criavam também um novo valor, dando ao mesmo processo uma interpretação aceitável pela igreja. Assim, a adoção também poderia ser vista como um ato cristão de solidariedade.

Desta forma, temos o surgimento de alguns estigmas vivenciados até hoje nas relações de paternidade e filiação adotiva, pois até então, conforme as relações na Idade Antiga, a adoção era um benefício para os adotantes que poderiam assegurar recompensas pós-morte através dos ritos fúnebres que seriam praticados pelos adotados aos adotantes falecidos. A partir da Idade média, a adoção passa a representar relações

provenientes de atos condenados pela Lei, pela Igreja Católica, e pela Família Feudal. *Estigmatizadas*, estas relações de parentesco deveriam ser, como em alguns casos o são até hoje, mantidas em segredo.

Assim, a adoção também podia ser considerada enquanto possibilidade de filiação aos abandonados e de paternidade aos estéreis: daí o surgimento dos estigmas: já que a adoção era mal vista, para justificá-la criou-se um viés cristão nas relações de paternidade adotiva; podendo estes pais serem *estéreis* ou apenas *bons cristãos salvadores dos pobres abandonados*.

Adiante, na idade moderna, novos paradigmas fundamentavam os acontecimentos relacionados à filiação adotiva. Lotufo cita que na, França, a revolução nas instituições sociais, propiciou o *ressurgimento*¹ da adoção que, por decreto de 1792, foi incluída no plano das leis civis.

O Decreto Lei de 29 de julho de 1939, introduziu na legislação a figura da *Legitimação Adotiva*, em que o adotando desligava-se de sua família biológica, desde que órfão ou abandonado por seus pais e com idade inferior a cinco anos. A partir daí, o instituto consolidou-se na Legislação francesa e, segundo Marc Ancel, "irradiou-se para outros sistemas jurídicos modernos". (apud LOTUFO, 1992, p. 17)

¹ A adoção, conforme já nos referimos, na idade média esteve em desuso pois era condenada pelas normas da legislação, da religião e da Família Feudal.

1.1.1. A Adoção no Brasil

A primeira legislação referente a adoção foi a Lei de 22 de setembro de 1828. Antes disto, as normas eram impostas pelo Reinado Português e vinham caracterizadas por influências marcantes do Direito Canônico e Romano, bem como pelos usos e costumes da época.

Em 1957, entra em vigência a nova Lei nº 3.133, de 8 de maio de 1957, em que os primeiros textos legislativos referentes à adoção foram modificados da seguinte maneira:

- O artigo 368 reduziu de 50 para 30 anos a idade do adotante e estabeleceu um prazo mínimo de 5 anos de casamento para poder adotar;
- O artigo 369 reduziu para dezesseis anos a diferença entre as idades do adotante e do adotado;
- O artigo 372 estabeleceu a necessidade do consentimento do adotando, caso fosse maior de idade, e também a possibilidade da adoção do nascituro;
- A alteração do artigo 374 ampliou as possibilidades de se desfazer a adoção, o que antes só acontecia diante da ingratidão do adotando.

Essas foram modificações que vieram facilitar o caminho através da flexibilização nos limites de idade. Além disso, a alteração do artigo 374 modestamente instituiu uma lei para atender também às necessidades do adotado.

Entendemos esta nova vigência como um grande salto no que diz respeito a uma avaliação das duas figuras presentes nos trâmites da adoção, pois até então as normas, códigos, leis e exigências favoreciam apenas a figura do adotante, ora com intenções mítico/religiosas; ora caritativo/cristãs; ou de descendência e assim por diante.

Com a Lei número 4.665, de 2 de julho de 1965, ficou estabelecida a *Legitimação Adotiva* no Brasil, que deu ao adotado a condição de filho legítimo do casal adotivo. Mesmo com o objetivo de integrar em definitivo a criança à família adotiva, temos aqui o nascimento de uma lei que nas suas "margens" valoriza ainda a filiação natural. A Lei brasileira vem para *Legitimar o filho adotivo como filho natural*.

Essas modificações foram complementadas primeiro pela criação do Código de Menores em 1979 e depois pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O primeiro instituiu dois diferentes tipos de adoção: a Simples e a Plena, as quais adquiriram novos pressupostos e vigências com a promulgação do segundo em 1990.

Vale ressaltar que, com a criação do Código de Menores e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação centrou-se nos interesses e necessidades da criança e do adolescente, vigorando, principalmente a partir do referido estatuto, uma diretriz em que a criança deixa de ocupar o lugar de sujeito (a)sujeitado para ocupar um espaço caracterizado por uma condição mais ampla; temos aqui

instituída a questão da cidadania, que preconiza que a criança e o adolescente, com as suas devidas peculiaridades, são sujeitos de direitos e deveres. Ou seja, novos paradigmas no que se refere a ambos na sociedade brasileira foram implantados (re)produzindo novos processos de subjetivação relativos a infância.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, fica definido que a Adoção Simples será regida pelo Código Civil, conforme os artigos 368 a 378 e a Adoção Plena, pelo estatuto em seus artigos 29 a 52.

A Adoção Simples tratará dos trâmites da adoção de maiores de 18 anos, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Limite mínimo de 30 anos de idade para o adotante;
- Diferença mínima de dezesseis anos entre a idade do adotante e do adotado;
- Idade mínima de 18 anos para o adotado;
- Declaração de vontade do adotante, do adotado e representantes legais e,
- Ato solene com Escritura Pública.

A Adoção Plena, regimentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, aos menores com até 18 anos completos no ato do pedido de adoção, salvo se estiverem sob guarda ou tutela do adotando, tem por objetivo "criar entre adotante e adotado

laços de paternidade e filiação, tentando imitar a natureza" (LOTUFO, 1992, p. 47).

São seus pressupostos:

- Idade máxima de 18 anos para o adotando e idade mínima de 21 anos para o adotante;
- Consentimento dos pais e do representante legal;
- Consentimento do adotado tendo este 12 anos completos;
- Estágio de convivência e,
- Sentença judicial.

Atualmente a adoção é abordada num contexto apropriado pelo exercício da cidadania. Mais do que inserida nos trâmites legais, ela é contemplada pela legislação especificamente direcionada à criança e ao adolescente, sendo portanto considerada enquanto direitos e deveres relacionados à infância - ECA / Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069 de 13/07/1990.

Junto a outras temáticas (abrigo, alimentação, educação, cultura, defensoria pública, família, lazer, etc.) a adoção está regulamentada também como direito e dever destinado à criança e ao adolescente. Temos, portanto, em nossa atualidade, a adoção (enquanto prática e conceito) acoplada à seguridade, ao bem estar e ao desenvolvimento infantil, ou seja, centralizada nas "necessidades" da infância².

² Sobre conceito de necessidades da infância e descoberta da infância ver Ariès, 1981.

Vale lembrar que, como indica Ariès (1981), até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. Provavelmente essa ausência não se devesse à incompetência ou à falta de habilidade, é mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo ou *ainda mais claramente, não houvesse lugar para infância naquela época (tempo e espaço) tal qual há nas práticas atuais, centralizadas na infância* (ARIÉS, 1981)

A adoção enquanto *práxis* pode apresentar-se nos mais diversos moldes, de acordo com as condições sócio-culturais nas quais está contextualizada. Segundo Weber (2000) e Maldonado (1998), as origens da adoção datam da época pré-romana e a primeira legislação surgiu entre os babilônicos através do já citado "código de Hamurabi" , segundo o qual a relação entre adotante e adotado restringia-se somente ao cumprimento das obrigações atribuídas e calcadas na desigualdade de direitos e deveres entre ambos, ou seja, a *criação* era um fator que atestava um caráter indissolúvel para adoção.

No Brasil, conforme Weber (2000), em meados do século XX, a adoção foi pautada no Direito português, que por sua vez era pautado no direito romano. Novamente os trâmites que regulamentavam a adoção seguiam os interesses da casta e da linhagem, tal qual os valores da cultura feudal.

No código civil brasileiro surgem outras modificações, nos anos de 1957, 1979, 1988 até chegar na vigência mais atual: o

Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069, de 13/07/1990).

Como podemos perceber, as mudanças acerca da adoção foram ocorrendo concomitantes com os novos moldes culturais, sociais e econômicos emergentes. Os valores religiosos, inseridos nas práticas de adoção, influenciavam as famílias, movidas pela figura angelical atribuída à infância, a adotarem por caridade ao menor abandonado, mesmo possuindo filhos biológicos. Algumas pessoas, cujo modelo da Família Nuclear (pai-mãe-filho(s)) era prerrogativa, adotavam crianças para constituírem uma família, caso um dos cônjuges por motivos biológicos ou subjetivos apresentasse um quadro de esterilidade e não pudesse gerar um filho.

Nos estenderíamos em lançar hipóteses acerca dos motivos que levam as famílias³ a adotarem, sendo, para isso, necessário um estudo que contemple especificamente as formas de subjetivação originadas com a instalação do modelo de Família Nuclear (a família Burguesa).

Neste sentido, nossa proposta de trabalho perpassa e ultrapassa este objetivo já que pretende contemplar através de um estudo qualitativo *o como* aparece o conceito de família na

³ A família referida neste contexto é a denominada família Nuclear ou Burguesa. Pautada em valores de acúmulo de capital, laços afetivos estreitos e associados à felicidade e bom desenvolvimento físico e emocional. A família Burguesa também traz consigo uma cultura caracterizada pela necessidade de cuidados remetidos à infância.

literatura referente à adoção, o qual certamente (re)produz formas de subjetivações atreladas à vivência familiar.

Para tanto, faremos uma breve explanação acerca da Instituição Familiar e também da adoção nos capítulos que seguem; as quais serão o nosso referencial teórico de apoio para que possamos posteriormente discutir e concluir a partir dos dados que foram levantados.

1.1.2. A Adoção nos Diferentes Discursos de Saber

Muitas são as concepções a respeito da adoção presentes na literatura; e cada uma delas traz consigo um referencial próprio que geralmente está ligado aos paradigmas eleitos para fundamentar e referendar o discurso (re)produzido.

Nas experiências psicológicas referentes à Clínica Psicanalítica, tais como as descritas por Dolto (1998), Weber (2000), Lisondo (1994), e Levinzon (1997), parece haver um consenso no que diz respeito a uma marca que a experiência da adoção deixa na estrutura psicológica do filho adotivo, sendo que, em muitos casos, esta mesma marca tem a ver com sintomas e/ou fantasias provenientes das histórias pessoais dos pais adotivos.

Estes referenciais ressaltam ainda, enquanto "prognóstico psico-afetivo", um comportamento psicopatológico por parte daqueles que vivenciam a adoção, como por exemplo: dificuldade em estabelecer com o outro relações duradouras; dificuldade em confiar e ser confiado pelo outro; tendências à cleptomania; exaltação do comportamento sexual nas relações afetivas entre namorados; fragilidade dos pais em colocar limites nos filhos adotivos, e assim por diante.

De forma geral, estes autores parecem compartilhar da idéia de que o filho adotado é um ser com maior risco psíquico para alcançar a subjetividade e o desenvolvimento mental e que a adoção exige dos pais adotivos um árduo trabalho de elaboração psíquica. "A estrutura mental destes pais é crucial no destino

do bebê adotado que precisa ocupar um espaço firme, consistente e esperançoso na realidade psíquica do casal" (LISONDO, 1999, p. 495).

Ainda de acordo com os referenciais da psicologia, existem outros autores Maldonado (1997), Freire (1991, 1994 e 2001), Vargas (1998), Gomes (1998), Ramires (1998), Berthoud (1997), e Schettini (1998), que enfatizam aspectos contra as concepções de que os sujeitos que vivenciam a experiência da adoção trazem consigo um marco em suas estruturas psicológicas. Estes autores defendem a tese de que adotantes e adotados trazem consigo apenas uma semelhança: "a vivência da paternidade/maternidade/filiação adotiva" apenas isto. "Os desdobramentos desta condição serão peculiares em cada sujeito e em cada história de vida" (DI LORETO, 1997).

No geral, estes autores defendem a adoção enquanto uma experiência simbólica mais do que imaginária ou sintomática, conforme fica explícito no dizer de Maldonado: "*mesmo entre pais e filhos biológicos é preciso haver um processo de adoção recíproca, uma vez que as pessoas de carne e osso são diferentes das pessoas de nossos desejos*" (MALDONADO, 1997, p. 100) .

Dentre estes autores, existem aqueles que tiveram a experiência da Clínica Psicológica e outros que além desta tiveram também a vivência da paternidade/maternidade adotiva, como é o caso de Schettini (1998), que enfatiza, como outros

autores nesta mesma condição, a importância do afeto (atenção, amor, proteção, carinho) para o sucesso da adoção.

É o afeto dedicado a uma criança que faz dela um filho e constrói em nós a postura de pais [...] é preciso observar que a natureza dá ao ser humano a capacidade de procriar para que a espécie permaneça, mas coloca sobre os ombros deste mesmo ser humano a tarefa de criar [...] Procriar é fisiológico; criar é afetivo. A adoção do filho se insere exatamente aí: na atitude e nos atos de criação no seu sentido físico e afetivo (SCHETTINI, 1998, p. 48)

Temos aqui um discurso sobre o entrelaçamento da experiência clínica psicológica de pacientes adotivos com a experiência pessoal da paternidade adotiva.

Avançando, destacamos uma outra categoria de discurso que se destaca pelo modo de conceber a adoção. Trata-se do discurso daqueles que vivenciam a experiência Institucional/Abrigos como profissionais orientados por referenciais religiosos e/ou pedagógicos. Segundo estes profissionais,

[...] os filhos não vêm com certificado de garantia, como máquinas. Ter filhos é um salto no escuro, é um ato de fé. Ser pai e ser mãe é estar

disponível para viver um amor que desafia, incondicional" (INSTITUTO AMIGOS DE LUCAS, 2001)

ainda a respeito da função paterna exercida pelos profissionais atuantes em Abrigos, nos diz Someti:

[...] tratamos do difícil caminho, ainda mais árduo de penetrar no coração de cada criança para reconhecê-la como ser único, importante para Deus e para humanidade, capaz de expressar valores absolutos, sempre presentes no interior do ser humano. (SOMETI, 1995, p. 48).

Um outro conceito de adoção, apresentado pelos profissionais atuantes na área jurídica, pode ser dividido em duas vertentes, a Contratualista e a Institucionalista. A primeira enfatiza que a adoção deve ser referendada por um ato de vontade, pois exige manifestação das partes interessadas. Como partidários desta corrente temos a Escola Francesa representada por Colin e Capitant; Aubry e Rau; Josserand, Planio, Savatier, etc. (LOTUFO, 1992, p. 60); a segunda destaca que embora a adoção seja referendada por um ato de vontade é também um instituto de ordem pública de profundo interesse do Estado.

Para efeito de considerações em nosso trabalho, no que diz respeito à concepção jurídica da adoção, nos atemos às concepções propostas por Lotufo:

[...] a adoção é um ato jurídico através do qual, obedecendo requisitos impostos pela lei, estabelece-se um vínculo de filiação entre adotante e adotando visando, primordialmente, a proteção e o bem estar do menor carente, integrando-o a uma família substituta. (LOTUFO, 1992, p. 59)

Sobre uma concepção antropológica/ sociológica brasileira a respeito da adoção, temos, como principal representante dos estudos contemporâneos, Cláudia Fonseca, (2002) que, em seu estudo, considera a adoção enquanto uma forma de vivenciar as relações familiares, em que as crianças circulam entre famílias, vizinhos e até mesmo instituições estatais. Para ela, as relações de parentesco adotivo poderiam ter uma outra interpretação, podendo ser aditivas das relações biológicas. Desse modo, seriam resgatadas formas sociais de vivenciar as relações de parentesco, neste caso, as crianças simplesmente circulam, competindo a uma ampla rede social a criação e educação de tais crianças. Esta experiência se dá livre de atribuições valorativas, como por exemplo, abandono, rejeição e baixa condição financeira, estigmas atribuídos às famílias

que estendem a autoridade de pai e mãe a outros parentes e/ou a sociedade e também à experiência da adoção.

Estas colocações são apenas alguns recortes dos diferentes discursos de saber e foram realizadas para que possamos assinalar que as concepções atreladas à adoção podem assumir os mais diversos aspectos, instalando nos sujeitos vivenciadores desta trama múltiplas formas de processualidades subjetivas em torno da experiência da adoção.

Ainda sobre as diversas fontes de conhecimentos, tal como França entendemos que,

[...] a laicização do conhecimento e, conseqüentemente da natureza, do homem e das práticas sociais assim como o desenvolvimento da técnica produzem mudanças nas concepções de mundo, de sujeito e objeto implicando outros modos de relação do homem com o mundo, com a vida e consigo próprio" (FRANÇA, 1996, p. 204).

Estas palavras resumem a importância do trabalho de pesquisa, cujo intento é a expansão das idéias, as quais se desdobrarão em novas formas de viver e se relacionar com o objeto, no nosso caso a adoção.

2. RESGATANDO A INSTITUIÇÃO FAMILIAR NA HISTÓRIA

Primórdios de uma problematização contemporânea sobre a Família Adotiva

Os estudos a respeito da Instituição Familiar podem ser agrupados conforme as diferentes leituras acerca deste assunto. Sendo assim, encontramos: a Antropologia, a História, as Ciências Sociais, a Sociologia, a Psicologia, a Psiquiatria, a Medicina, entre outros, teorizando a partir de diversos discursos de saber sobre a Família. No entanto, embora referendados em diferentes paradigmas a respeito da Instituição Familiar, parece haver um consenso no que diz respeito ao caráter social da família, pois, para uns, ela restringe-se ao aspecto socializador/normativo e, para outros, será lugar de socialização/reflexo de momentos históricos e culturais (re)produtivos de subjetividade.

De qualquer forma, questionamos: como se configura essa diversidade de saberes acerca da Instituição Família? *A quem* estes diferentes saberes falam?, ou ainda, *quando e de onde falam?* Seguindo este raciocínio, as nossas questões parecem estar sendo conduzidas para um entendimento mais coerente, ou seja, enquanto Instituição Social, a Família estará sempre sujeita à lógica predominante em cada época ou cultura em questão. Sempre haverá uma demanda social específica e hegemônica que se espraia pelo conjunto das práticas e saberes constituídos.

Nos dias atuais a Instituição Social Familiar está solta nas veias da Pós-Modernidade¹, a qual é guiada por distintos, independentes e frágeis campos de saber, fortalecidos pelo intento de criar uma forma de Organização Social, cujo objetivo é o controle através de discursos de bem estar, produção, satisfação, aceleração do tempo e saúde individual/coletiva.

Alguns destes valores originaram-se com os ideais da Família Moderna, no séc. XVIII, no entanto, já no séc. XXI as pessoas ainda vivenciam as organizações familiares conforme subjetividades construídas a partir da veiculação de discursos de saber pautados na privacidade, nas relações afetivas e cordiais e no fortalecimento da família pelos "laços afetivos".

Foram abdicados os valores coletivos em favor de relações ditas mais próximas, afetivas e privadas. No entanto, com essa troca, o que se perdeu foi a capacidade de vivenciar relações mais amplas e negociadas no espaço público (ARAÚJO, 1993). Tal privacidade reduziu a sociedade a pequenos guetos que comunicam-se apenas em núcleos segmentados e homogêneos. Assim temos, os católicos, protestantes, luteranos, espíritas, pobres, ricos, a classe média, alcoólatras, drogaditos, vegetarianos, esquerdistas e assim por diante, fechando-se em

¹ Para uma leitura mais aprofundada a respeito pós Modernidade ver BERMAN, M. 1986; GIDDENS, A. 1993; BAUMAN, M. 1998.

seus próprios círculos de privacidade. Eliminam-se as diferenças para que possa haver comunicação e ainda acreditam estar priorizando as individualidades!

Para não correremos o risco de sermos apenas mais um dizer nesta imensa lista de saberes especialistas², resgatamos nossa proposta de pensar a Instituição Família pela ótica Sócio, Histórica e Cultural, ou ainda, tentamos dizer *de quem, de onde e, a quem falamos*³ com um intuito de ao menos apresentarmos uma lógica de pensamento que possa ser problematizada por aqueles que demonstrem interesse por tal leitura.

A cada momento vislumbramos em nossa sociedade novos "arranjos familiares" (re)constituídos em função de vários outros desdobramentos sócio-culturais, contemplados no momento histórico em que estamos inseridos. Nos deparamos com famílias chefiadas por mulheres, casais homossexuais adotando filhos judicialmente, famílias nucleares constituídas a partir de casamentos desfeitos e assim por diante.

Tais arranjos *hoje* parecem naturais, o que demonstra o quanto estes fatos são frutos de um processo de subjetivação,

² Vale ressaltar que neste século não apenas os ditos religiosos como na Idade Média ou os ditos científicos como no Renascimento possuem voz ativa, nos dias de hoje o senso comum, ou menos pejorativamente, "as práticas alternativas", possuem lugar garantido como influência nas organizações sociais

³ Falamos da *Instituição Família* através de uma leitura sobre a mesma que diz acerca de seus variados desdobramentos *em algumas épocas e culturas*. Falamos *àqueles* que estão, de alguma forma, implicados nesta parcela de acontecimentos sociais.

institucionalização ou demanda social. Daí a nossa opção em ampararmo-nos nas mudanças sociais, históricas e culturais da Instituição Família para a realização de nosso estudo

Partimos então, para uma explanação mais articulada a respeito dessas colocações. Nos reportamos primeiramente ao surgimento da Instituição Familiar Européia, com breves contextualizações, para que possamos depois nos aprofundar numa discussão mais contemporânea, mas não menos contextualizada acerca da família.

Iniciamos a abordagem sobre a Instituição Familiar por meio dos Estudos realizados sobre a Família Européia por acreditarmos que a Sociedade Brasileira sofre(u) suas influências de forma marcante. Fomos colonizados por uma civilização Ibérica, da qual herdamos valores morais, econômicos, religiosos e jurídicos, mais do que de quaisquer outras culturas também presentes em nosso país. (NEDER, 1994).

Acerca das transmutações da Família Européia, discorreremos sobre três grandes Organizações Familiares com peculiaridades articuladas em diferentes redes sociais, nas quais foram fundadas e viabilizadas: a Família Feudal ou Camponesa, a Família Aristocrática e a Família Moderna, Burguesa ou Nuclear.

De forma mais aprofundada, a respeito dessas transformações temos os estudos de Poster (1979) e Ariès (1981). O primeiro é um referencial crítico/reflexivo das diversas teorias e estudos direcionados à Instituição Familiar

e o segundo, um referencial historiográfico, enfático no que diz respeito ao surgimento da infância e da família, tal qual conhecemos nos dias de hoje.

De acordo com os mesmos autores, antes da Família Burguesa as Famílias Aristocráticas e Feudais configuravam-se pelas relações de parentesco que priorizavam outros valores, como por exemplo: o casamento como preservação da *linhagem*.

Além desse aspecto, as relações de parentesco tinham outras características, como por exemplo, o fato da hierarquia estar acima dos valores afetivos nos relacionamentos interpessoais, por isso as crianças eram motivo para risadas e divertimento tal como "macacos e não como seres humanos". (MONTAIGNE APUD POSTER, 1979, p. 198), além disso, elas eram criadas por diferentes famílias e não somente pelos cuidados maternos; outra característica também é a organização das casas aristocráticas conforme o modelo patriarcal, que além da esposa e dos filhos, submetia parentes, dependentes, criados e clientes, ao senhor aristocrático, assim, os casarões aristocráticos não eram redutos de privacidade domiciliar, mas sim espaços públicos e políticos. Ainda havia o fato da riqueza, sempre fruto de herança e não de ganho ou acúmulo, girar em torno do cultivo da terra e por último o fato das relações sexuais não possuírem caráter privado ou secreto, pois os senhores se relacionavam com as mulheres da aristocracia e da criadagem, como bem sugeriu Laurence Stone (POSTER, 1979) configurando relações de *poligamia seriada*.

A Família Aristocrática era quase uma extensão da Família Feudal, ambas referendadas pela preservação dos bens materiais e simbólicos, pela prática comum do ofício e pela ajuda mútua cotidiana. No entanto, em meados do século XVI, quase não se ouvia falar em família, mas sim em *aldeia*, onde o senhor da terra e o pároco eram as autoridades representativas dos grupos sociais organizados existentes na época.

Conforme apontam Ariès, (1981) e Poster (1979), as vivências familiares, de acordo com o Modelo da Família Moderna, eram permeadas por laços afetivos românticos, como o amor materno e o amor romântico entre cônjuges, já as relações financeiras eram distanciadas dos arredores domiciliares, justamente por estes últimos serem calorosos, afetivos e cordiais e as relações de trabalho frias, racionais, calculistas visando a produção e acúmulo de capital.

A partir dos referidos autores, temos outros que também discutem os diversos desdobramentos relativos a esta Organização Familiar, como por exemplo, Costa (1980), Sérvulo e Figueira (1981), Ackermam, (1986), Araújo (1993 e 1998), Kaloustian (1994) e Carvalho (2002). Também nos reportamos em outros autores para discutir a Família Contemporânea enquanto Instituição Sócio Histórica disparadora de processos constituintes de subjetividade e discursos de saber.

São particularmente estes dois recortes (processos constituintes de subjetividade e discursos de saber), pontos a nós interessantes para que possamos concluir as nossas

discussões sobre o nosso material de estudo acerca da família adotiva.

2.1. A Família no Brasil Colônia -Da Família Aristocrática a Família Moderna

No Brasil Colonial, predominavam, na sociedade e na cultura brasileira, comportamentos, leis, modismos, negociações, lazeres e religiosidade "importados" da cultura ibérica, segundo a configuração do Modelo Aristocrático de Família.

No entanto, como bem nos lembra Neder (1996), isto não significa que não houvesse outras culturas/famílias (indígenas, africanas, matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas, higienistas com inspiração vitoriana etc.) diferenciadas do padrão ibérico, em que havia a predominância do conservadorismo patriarcal e cristão.

Parte-se, portanto, da idéia de que não existe, histórica e antropologicamente falando, **já nos primórdios da formação social brasileira**, (grifo nosso) um modelo padrão de organização familiar; não existe a família regular. Menos ainda que o padrão europeu de família patriarcal, do qual deriva a família nuclear burguesa (que a moral vitoriana da sociedade inglesa no século XIX atualizou historicamente para os tempos modernos), seja única possibilidade histórica de organização familiar a orientar a vida cotidiana no caminho do progresso e da modernidade (NEDER, 1996, p. 28).

Além disso,

[...] pensar as famílias de forma plural pode significar uma construção democrática baseada na tolerância com as diferenças com o Outro. (Todorov apud Neder, 1994); sendo esta uma tentativa de desconstrução dos alicerces das concepções políticas e psicoafetivas que sustentam o racismo que, recrudescido, está tão em voga nos tempos atuais, e que, sem dúvida, constitui pano de fundo do debate sobre as famílias. (NEDER, 1994, p. 28)

Sobre a família brasileira no período colonial, Venâncio apresenta um interessante trabalho, no qual discorre acerca da subjetividade feminina da época e faz uma leitura do abandono infantil como sendo uma forma de amor materno; já que, naquela época as mães que não possuíam condições financeiras ou não "poderiam" assumir o seu filho perante a sociedade, entregava-o para as "famílias criadeiras" ou mais adiante às Santas Casas de Misericórdia, onde havia a Roda dos Expostos (VENÂNCIO, 2000, p. 203)

Outros autores Merisse (1997), e Marcílio (1997), discorrerão sobre este momento histórico, enfatizando, o primeiro, uma articulação entre as instituições de educação infantil e família, e o segundo, uma articulação entre as concepções de abandono, infância e família.

De qualquer forma, seja qual for a temática discorrida, estes são os primeiros relatos trazendo nas suas entrelinhas

experiências de adoção no Brasil; ora via instituições assistencialistas, ora via famílias criadeiras; ambas referendadas por valores cristãos e políticos públicos, ou seja, órgãos de controle social que ditavam as normas de funcionamento da família conforme os interesses em voga.

Partamos então, para uma problematização acerca da Família Moderna no Brasil, talvez a principal representante dos ditames de controle e organização social Estatal através dos discursos de saber oferecidos pelas diversas áreas do conhecimento.

J. Costa afirma que a passagem da família colonial para a família moderna no Brasil se deu de acordo com as necessidades e expectativas dos próprios senhores aristocratas, os quais tiveram que modificar seus hábitos de lazer, higiene, consumo e moradia, pois não eram atendidos pelas características estruturais e funcionais da sociedade vigente. Além disso, eram fortes as influências e demandas capitalistas já em vigor e estas careciam de uma abertura para o comércio e a indústria internacionais.

Neste momento, as técnicas disciplinares saem do ostracismo colonial e começam a ocupar o primeiro plano da cena político-urbana. O sucesso da higiene indica essa revisão estratégica no trabalho e fissão e reestruturação do núcleo familiar. (COSTA, 1979, p. 63).

Neste contexto, perdem forças as normas e valores religiosos, dando lugar à cultura Renascentista, aliada aos poderes estatais e científicos. A partir daí, teremos em vigor uma cultura pautada nos saberes científicos desenvolvidos em prol de um bem estar físico, emocional, financeiro. Nestes discursos, deveria estar sempre enfatizado que o bem estar da população era meta do Estado e que isso aconteceria com o seguimento fiel dos discursos de saber, os quais deveriam

[...] induzir efeitos gratificantes e duradouros. As famílias deveriam sentir-se recompensadas" por poderem ter acesso ao saber que as conduziria para a vida harmônica, saudável e feliz (COSTA, 1979, p. 63).

Desta forma, foram resgatadas, num primeiro momento, através da Medicina Moral (higiênica) a sensação de "autonomia" das famílias, ou seja, as famílias "auto-regular-se-iam" pautadas nos direitos sobre a moral pública e privada dos indivíduos. Assim, regidos pelo cientificismo, foram propagados valores relativos ao amor, à alma e à pátria como sinais de sanidade mental. Ainda, conforme Costa, "o discurso médico tinha endereço certo, ele se dirigia à família de elite, letrada, que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado" (COSTA, 1979, p. 68).

A estratégia era clara: na família era criada a noção de "não saber", pois, assim ela se submetida completamente aos saberes higienistas, os quais apresentavam dia a dia novas noções e orientações; sempre em caráter preventivo da loucura, caos, doenças e morte.

Não por um acaso, vivenciamos nos dias de hoje uma situação muito próxima, pois, atualmente nos submetemos aos saberes especialistas, conhecidos como equipes multidisciplinares, que atuam nos mais variados segmentos e orientam sobre saúde, alimentação, moradia, moda, educação, cultura, lazer, profissão e assim por diante.

Dois séculos se passaram após o surgimento dos higienistas, no entanto, as famílias ainda vivenciam a angústia de "não saber" e para dar conta desta "falta" temos as orientações dos especialistas contemporâneos.

2.2. A Família Contemporânea em Debate

A abordagem discursiva acerca da Instituição Familiar tem se dado sob diversas perspectivas: há Núcleos de Estudos em Educação, Ciências Biológicas e Humanas, os quais são desmembradas em propostas políticas, intervencionistas, científicas, teóricas, clínicas, subjetivistas e pedagógicas.

Um outro diferencial discursivo diz respeito às linhas de estudo as quais podem ser de origem funcionalista, estruturalista ou etnográfica.

Estas são considerações que já nos remetem a algumas reflexões, ou seja, à família estão associadas inúmeras funções, atributos, características, entendimentos e intervenções, que certamente possuem um caráter social, cultural e temporal. Não é por qualquer motivo que a família tem sido alvo constante de interesse em estudos diversificados.

Antes de focalizar o nosso objeto circundante de estudo - a família - é importante lembrar que esta é parte de um todo que, para fins deste trabalho, chamaremos de Sociedade Brasileira. Sociedade esta que, embora esteja sendo abordada conforme algumas de suas peculiaridades sócio-culturais, não se encontra livre das influências da Pós- Modernidade nas relações humanas.

Queremos com isso dizer que, embora com suas respectivas diferenças de abordagem, os estudiosos da família (re)produzem em comum frutos do momento histórico em que vivemos.

Passado, presente, e futuro não possuem linhas rígidas que demarcam o entendimento teórico científico dos fatos relativos à família nem tão pouco as relações cotidianas no interior das mesmas, "a vivência familiar nunca é apenas a reposição de formas de conduta ou de modelos já estabelecidos, nem a família é instituição dedicada a assegurar a continuidade inalterada do processo de reprodução social" (ROMANELLI IN CARVALHO, 2002, p. 76).

Esta constante intensidade e rapidez dos fluxos sociais no tempo e espaço estão presentes nos processos de subjetivação e organização das famílias, a partir disso, surge uma imensa gama de estudos que procurarão ao menos demarcar territórios os quais aos poucos assumirão outras formas que, em alguns casos já aparecem nas entrelinhas daquilo que é presente já sendo passado e ao mesmo tempo lançando-se para o futuro. É desta forma que deparamo-nos com estudos demográficos, históricos e sociais abordando relacionamentos conjugais, econômicos, étnicos, de gênero, produção e sexualidade na família contemporânea.

São múltiplas e complexas as mudanças ocorridas nas famílias, no entanto, os autores possuem em comum o discernimento quanto a fragilidade de seu objeto de estudo, enfatizando o caráter transitório das perspectivas, opiniões e expectativas sobre o casamento, filhos, relações de gênero, economia, prognósticos demográficos e políticas sociais dirigidas às famílias.

Desta forma,

[...] as mudanças que se processam [...] no plano da subjetividade não são perceptíveis de forma imediata e não ocorrem na mesma velocidade que aquelas percebidas no plano 'objetivo'. Este descompasso compõe nova teia de relações marcadas pela ambigüidade. (VITALE IN CARVALHO, 2002, p. 92).

Sobre as conseqüências subjetivas nas vivências das relações humanas na época Pós Moderna, as quais são permeadas pelo sentimento de angústia despertado pelo incerto, pela "falta de consistência e valores sólidos" nas relações ou, em outras palavras, sobre a virtualidade que interfere nos novos valores e comportamento humano referendamo-nos pelas obras de A. Giddens (1993) e Z. Bauman (1998).

No que diz respeito a uma análise demográfica da família contemporânea parece evidente a presença de arranjos alternativos ao Modelo Nuclear, caracterizado pela monogamia e presença de pai, mãe e filhos com funções delimitadas, ou seja, o pai é provedor, a mãe dá carinho e cuida da educação dos filhos e estes obedecem com gratidão, amor e dependência física, afetiva e financeira. (GOLDANI (1994); GOMES e MELLO, IN CARVALHO 2002).

Com um referencial teórico semelhante, porém com uma metodologia diferente, temos os estudos das relações de produção, parentesco e economia das famílias na época colonial tais como: Del Priore (1994), Souza (1994) e Neder (1994). Estas produções possuem um aspecto interessante, pois resgatam arranjos familiares anteriores aos da instituição da Família Nuclear. As famílias do Brasil Colônia eram numerosas e nelas as relações de parentesco eram pautadas pelos vínculos de produção e subsistência.

Sendo assim, notamos uma contemplação circundante e comum aos estudos demográficos de perfil estatístico ou historiográfico. Trata-se de uma abordagem que se dá através de uma postura crítica quanto aos aspectos normatizadores do Modelo Nuclear de Família. Como obras atuais estes estudos buscam apreender as mudanças ocorridas ao longo da história sem no entanto perderem de vista os entrelaçamentos, influências e contribuições para um entendimento crítico e reflexivo acerca do objeto de estudo em questão.

Tais obras pautam suas análises em dados intergeracionais, evidenciando a complexidade das mudanças ocorridas na família e, denunciando a formação de estereótipos, preconceitos, estigmas e sintomas causados por um engrandecimento mítico ao modelo da Família Nuclear.

Desta forma,

a existência dos modelos normativos não mereceria maior consideração, se estes não fossem tomados

como padrões a partir dos quais são medidos os desvios. Mais ainda, não teriam importância se, como modelos ideais não fossem veiculados a toda hora pelos meios de comunicação, como o certo, o bonito, o desejável. Também não teriam importância se como produtos ideológicos, não fossem interiorizados e não se tornassem um dos fundamentos políticos de atribuições de caráter negativo e estigmatizante. (MELLO IN: CARVALHO, 2002, p. 56-57).

Sinalizamos nestes mesmos estudos (demográficos, historiográficos, ou etnográficos) a importância de uma análise que contribui para que uniões consensuais, famílias chefiadas pela mulher, casais com filhos adotivos, casais sem filhos, famílias reconstituídas e uniões homossexuais, não sejam taxadas pela ausência de organização ou estruturação familiar pois, tal como nos lembra Mello, "em todas essas situações, a família não está desorganizada, mas organizada de maneira diferente, segundo as necessidades que lhe são peculiares" (MELLO IN: CARVALHO, 2002, p. 58).

Da mesma forma, alguns terapeutas familiares também estão comprometidos e engajados com os aspectos sócio-culturais emergentes nas relações cotidianas familiares. Para estes os problemas emocionais não advém da "desestrutura" ou "incompletude" pautada em um Modelo de Família mas, sim na qualidade das inter-relações. (SZYMANSKI IN: CARVALHO, 2002).

Além disso, como assinala Macedo,

Para tanto, é preciso que o terapeuta/pesquisador tenha uma visão de mundo e uma postura estética compatível com a diversidade, sem, no entanto, perder de vista a unidade do fenômeno em construção para não cair em posições não éticas, indesejáveis, como o absolutismo das ' verdades ' [...]

Assim, preconceitos, estereótipos e idealizações também produtos de construções sociais da realidade, devem ser necessariamente reconhecidos como tais para que o trabalho terapêutico e/ou pesquisa [...] tenha resultados, como produção de conhecimento que possam ser validados pela comunidade de pares. (MACEDO, 1994, p. 65)

Seguindo com a proposta de debater a família contemporânea, partimos para uma discussão a respeito das relações de gênero. Atreladas às temáticas acerca da produção, sustentação, sexualidade e novos arranjos familiares, estão as discussões de gênero na família. Goldani (1994), Gomes (1994), Del Priori (1994), Sarti, In: Carvalho (2002), Dados do IBGE (2000) e o próprio Código Civil (2003) retratam as mudanças de concepções e papéis atribuídos aos homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos na família e na sociedade como um todo.

No que diz respeito mais especificamente às relações de gênero associadas as questões sobre a sexualidade, casamento e planejamento familiar, não podemos nos esquecer do discurso jurídico (GENOFRE, IN: Carvalho, 2002 e Código Civil, 2003), que vêm referendar "*direitos e deveres*" enunciados pela *Lei*, assegurando respaldo ao cidadão brasileiro na Constituição Civil, quanto à igualdade entre os sexos, à formação consensual de família, e também quanto à separação e o divórcio em tempo menor do que o permitido pelo código de 1916.

Como nos aponta Goldani, entre os anos de 1981 e 1989, houve uma acentuada mudança nas configurações familiares da sociedade brasileira: algumas famílias diminuíram devido ao número menor de filhos ou à ausência de um dos cônjuges; também houve um aumento do número de membros que trabalham devido à maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. (GOLDANI, 1994)

De acordo com o censo demográfico do ano de 2000, algumas destas tendências tornaram-se mais evidentes, como por exemplo, o maior número de lares chefiados por mulheres, o aumento de casamentos desfeitos e o maior número de famílias com filhos sendo criados apenas pelo pai ou pela mãe. Além disso, a comparação dos dados demográficos das últimas décadas indica que, entre os anos de 1981 e 1989, mulheres que chefiavam os seus respectivos lares enquadravam-se, em um padrão social médio-baixo, já de acordo com o censo de 2000 a

condição sócio-econômica dos lares chefiados pelas mulheres elevou-se em função da melhora dos cargos de trabalho ocupados pelas mesmas.

Desta forma, as análises estatísticas apontam para divergências do Modelo de Família Nuclear não apenas quanto à configuração, mas também quanto às funções dos membros familiares.

Também de acordo com os dados do censo demográfico do ano de 2000, 56,9% das crianças brasileiras com idade entre 0 e 06 anos são criadas por mulheres responsáveis por seus domicílios, cuja renda mensal é de até 02 salários mínimos, fato que demonstra um novo aspecto nas famílias, ou seja, não compete apenas à mulher a socialização primária dos filhos, ou ainda, como diz Sarti:

[...] os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente pré-estabelecidos. Os sujeitos não estão mais subunidos no todo. Com isso, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres na família, antes predeterminadas, hoje, são objeto de constantes negociações, sendo passíveis de serem revistas à luz destas mesmas negociações. (SARTI, 2002, p. 44).

Além da possibilidade de relações mais democráticas, a família contemporânea, principalmente às de baixa renda, têm sido alvo de intervenções políticas públicas, o que de certa forma tem instituído no interior das relações familiares práticas de convivência e socialização mais coletivas e inclusivas.

3. Metodologia

3.1. Objetivo

Cartografar¹ a(s) concepção(ões) de família presente(s) nas publicações brasileiras sobre a adoção, especificamente as que tematizam sobre a família, conforme o Catálogo Bibliográfico organizado por Gabriela Schereiner.

3.2. Material de pesquisa

O material utilizado para realização de nossa pesquisa foi selecionado a partir de um amplo levantamento bibliográfico já existente na literatura. Este "Catálogo Bibliográfico" reúne todas as publicações em português, inglês, espanhol, francês e italiano, (romances, poesia, teses, trabalhos, informativos e paradidáticos) acerca dos temas adoção, abandono e institucionalização até o ano de 1999.

Para a realização deste estudo selecionamos, neste catálogo, as publicações nacionais (editadas após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - 1990, que articulam os temas adoção e família na literatura pesquisada.

¹ O termo "cartografar" será utilizado como proposta de traçarmos um "desenho" através de uma linha construída por meio de uma lógica que nos será apresentada pelas categorias construídas e estudadas neste trabalho.

De acordo com uma pré análise, tínhamos de início sessenta e quatro (64) obras a serem estudadas. No entanto, à medida que fomos entrando em contato com as obras, verificamos que muitas delas eram obras traduzidas para o português e, portanto, relatavam experiências que nos distanciariam do nosso foco de estudo. Além disso, havia também livros cuja a abordagem não se referia ao nosso objeto de estudo. Sendo assim, após esta prévia seleção restou-nos 20 títulos a serem estudados.

3.3. Objeto de Estudo e Implicações Metodológicas

A realização deste estudo tem como pano de fundo uma problematização alusiva aos novos arranjos familiares presentes na sociedade atual, ou seja, fomos buscar na literatura a maneira como está sendo utilizada a concepção de família adotiva, para que possamos apreender/mapear algumas representações existentes sobre a as configurações da família contemporânea.

Pesquisar tais representações objetiva a possibilidade de retratar fantasias, estigmas, preconceitos e valores atribuídos à família. Devido ao nosso envolvimento pessoal, acadêmico e profissional existente com a temática da adoção, tornou-se evidente que, através deste caminho, tal objeto de estudo além de pertinente faz-se necessário.

Tais considerações foram tecidas em função de uma prática clínica psicológica com famílias adotivas, as quais, em sua

maioria, apresentavam queixas, sintomas e idealizações relacionadas com a vivência da paternidade adotiva. Além disso, as atuais concepções e paradigmas da infância remetem-se à criança enquanto *sujeito de direitos e deveres* e também por isso tornou-se mais evidente e acentuada a preocupação das famílias com o relacionamento sócio-afetivo com seus filhos.

Referendando tais apreensões, está o Estatuto da Criança e do Adolescente que, em seu artigo 29, promulga a necessidade de um ambiente familiar adequado para que a criança/adolescente seja colocado em família substituta. Assegurando esta ordem pública estão os dizeres especialistas sobre a família, neste caso, a família adotiva.

Desta forma, por termos em mãos um material atualizado, abrangente e diversificado o consideramos próprio para o cumprimento da nossa proposta. De acordo com uma avaliação acerca do nosso objeto de estudo (a temática da família adotiva) e dos procedimentos metodológicos adotados, optamos por realizar a nossa pesquisa de acordo com a abordagem qualitativa e metodologia proposta pela Análise de Conteúdo, pois entendemos que:

[...] fazer uma análise temática, consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e, cuja presença, ou freqüência de

aparência podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. (BARDIN, 1977, p. 105)

Em nosso caso: a forma como é abordada a família adotiva na literatura que se refere à adoção.

Conforme a proposta da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977), num primeiro momento, entramos em contato com o material a ser analisado para estabelecer e organizar as categorias *a posteriori*, as quais, num segundo momento, foram estudadas. Sobre a Análise de Conteúdo entendemos que

[...] todo esforço teórico para o desenvolvimento de técnicas, visa - ainda que de formas diversas e até contraditórias - a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente a comunicação de documentos, textos literários, biografias, ou observação. (MINAYO, 1994, p. 203)

Seguindo esta linha tivemos operacionalmente algumas etapas:

1) A pré-análise

Nessa etapa, realizamos uma seleção temática. Para tanto, entramos em contato indireto com o material a ser analisado. Ou seja, por meio de uma leitura minuciosa da classificação das

obras no Catálogo Bibliográfico referido, selecionamos aquelas que tratavam sobre família e adoção conforme nossa proposta de trabalho.

Já que o nosso interesse de pesquisa foi norteado pelas referências à família brasileira presentes no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - art. 29, retomamos as nossas hipóteses e objetivos de pesquisa, e então, selecionamos as obras de acordo com a *data de publicação* (as publicadas após o ano de 1990, ano da publicação do ECA) e a *nacionalidade* (as que tratavam da realidade brasileira)

2) Exploração do Material

De início tínhamos 64 obras classificadas no índice do catálogo, mais especificamente no item relativo à Adoção (livros adultos/publicações em português). Já nesta etapa foram descartadas 18, pois tinham sido publicadas antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em contato com outras, iniciamos um processo de codificação das mesmas, visando, conforme sugere Bardin, *transformar os dados brutos em núcleos de compreensão do texto*. (BARDIN, 1977)

Ainda nessa fase, outros livros foram sendo excluídos, pois diziam respeito à experiências de outras realidades histórico - culturais e a abordagem das mesmas, nesta ocasião, nos

distanciaria de nossa proposta de estudo, sendo assim, nos restaram, como já foi citado, 20 obras.

3) Análise do Material

Diversas foram as concepções encontradas na literatura por nós estudada sobre a família adotiva, as quais foram agrupadas em algumas categorias que refletiam os paradigmas das diversas leituras acerca do entrelaçamento entre os conceitos de família e adoção.

Não encontramos uma definição clara e precisa dos conceitos utilizados, mas sim, concepções que dizem respeito às diferentes óticas de vislumbrar a maternidade/paternidade adotiva e de acordo com o material encontrado, extraímos os seguintes núcleos temáticos:

- experiências pessoais de maternidade/paternidade adotiva;
- Clínica Psicológica Psicanalítica;
- práticas sociais com leituras sociológicas/antropológicas;
- práticas Institucionais/Abrigos e

Entre esses núcleos temáticos, existem sub-núcleos, formados por entrelaçamentos ramificações dos apontados, por exemplo: experiências da Clínica psicológica associadas à paternidade/maternidade adotiva; experiências Institucionais atreladas à orientações religiosa/psicológica/pedagógica; experiências de

pesquisas psicológicas com diferentes referenciais acoplados ou não com experiências pessoais e assim por diante.

Desta forma, para efeito de organização e estudo dos dados encontrados, elaboramos as categorias que serão apresentadas no capítulo seguinte.

Capítulo 4. Apresentação e Análise dos Dados

4.1. Apresentação das categorias

Conforme a nossa proposta metodológica, *a posteriori*, ao contato com o material de estudo, apreendemos e nomeamos as categorias, que foram descritas de acordo com o conteúdo analisado e organizadas para melhor explicitar os núcleos de sentido visados no leitor. Assim temos:

a) Conforme os efeitos de sentido provocados no leitor

- Panfletário

Estes textos são apresentados de forma sucinta, sem fundamentação teórica e sem articulação com disciplinas acadêmicas de saber. Geralmente são textos que convidam o leitor para que seja um protagonista (adotante, técnico, voluntário em ONGs de apoio à adoção etc.) de tramas relativas às vivências de adoção.

- Religioso

Obras pautadas em experiências de profissionais ligados à prática religiosa como forma de educar, cuidar e amparar crianças destituídas de família. Preservam condutas e atitudes embasadas em preceitos religiosos. Procuram suscitar idéias e atitudes através dos sentimentos e crenças religiosas.

- Emocional

Nestes textos existe uma ênfase nas experiências afetivas. A vivência de algumas emoções e afetos (amor, carinho, atenção, cuidado, sinceridade) são exaltadas e aconselhadas como forma de alcançar sucesso na experiência protagonista da filiação adotiva.

- **Psicologizante**

Textos referendados por práticas clínicas psicológicas. Geralmente são fundamentados pelo diagnóstico e tratamento de sintomas subjetivos atrelados à experiência da adoção. Visam sensibilizar o leitor para o sofrimento ou problemas emocionais suscitados pela adoção além de instrumentalizar psicoterapeutas envolvidos no processo.

- **Acadêmico**

Dizem respeito à prática de pesquisa em núcleos de supervisão e estágio universitário e programas de pós - graduação em diversos níveis: especialização, aprimoramento, mestrado, doutorado e pós doutorado. Objetivam relatar e difundir idéias a respeito de experiências de formação acadêmica/profissional.

b) Conforme a Fundamentação Teórica do Texto

- **Científico**

Discursos fundamentados em diferentes áreas e teorias do conhecimento científico, como por exemplo, história, antropologia, psicologia, psicanálise, sociologia, e outras.

Visa apresentação de dados de pesquisa e serve como referencial teórico para estudos afins.

- Dogmático

Textos fundamentados pela experiência e fé pessoal daquele que vivenciou o relato descrito. Visam convencer o leitor a respeito da positividade das suas experiências vividas.

- Relatos de Casos

Textos em que aquele que "participou do caso" como protagonista descreve suas experiências junto à outros sujeitos envolvidos na trama relatada. Geralmente aquele que descreve ocupou uma posição profissional como coordenador ou dirigente de instituições; como psicólogo ou ainda como pesquisador de campo.

- Experiência pessoal

Obra fundamentada em experiências pessoais da maternidade/paternidade adotiva geralmente são autobiografias e não possuem vínculos com teorias ou práticas profissionais.

c) Conforme o Estilo Literário/Argumentativo

- Crítico

Estes textos são amparados em áreas de conhecimento ou ainda em teorias científicas e/ou acadêmicas. É próprio desse estilo a formação de conexões cogitativas e argumentativas mediante o

exame do material dado à percepção ou ao pensamento do autor, o qual ampara-se em teorias científicas.

- Dramático

Nestes textos a filiação adotiva aparece enquanto uma experiência de vida singular, que geralmente, remete ao sofrimento afetivo dos envolvidos, devendo portanto, ser amparada por atividades de apoio religioso ou psicológico.

- Romântico

O estilo argumentativo, nestes discursos, é respaldado por experiências pessoais que exaltam e aconselham a vivência dos afetos e emoções (amor, acolhimento, proteção) enquanto um meio de se chegar à uma vivência saudável, tranqüila e feliz da filiação adotiva.

4.2 Apresentação dos Dados

De acordo com as categorias organizadas e provenientes das 20 obras estudadas distribuimos, para uma melhor visualização, os resultados obtidos no quadro que segue:

OBRAS	Conforme os efeitos de sentidos visados no leitor					Conforme a fundamentação do texto				Conforme o estilo literário argumentativo		
	Panfletário	Religioso	Emocional	Psicologizante	Acadêmico	Científico	Dogmático	Relatos de casos	Experiência Pessoal	Crítico	dramático	Romântico
Filhos do Coração				*	*	*		*				*
Caminhos da Adoção					*	*		*		*		
Adoção. Uma Espera de Amor	*		*					*				*
A criança Adotiva na Clínica Psicanalítica				*	*	*		*				*
Os Caminhos do Coração			*					*				*
Adoção uma sublime missão			*					*				*
Compreendendo os pais adotivos			*	*				*	*			*
Compreendendo o filho adotivos			*	*				*	*			*
Adoção, origem, segredo e revelação			*	*				*	*			*
Adoção tardia: da família sonhada à família possível					*	*		*		*		
Salvar a criança		*					*	*			*	*
Refletindo a adoção			*					*				*
Por causa de um colchão		*					*	*			*	*
Adoção: uma história pessoal			*				*	*			*	*
Era uma vez Laurinha			*					*				*
Amor e carma		*					*	*			*	*
Abandono e Adoção I								*			*	
Abandono e adoção II								*			*	
Os desafios da adoção no Brasil I								*			*	
Os desafios da Adoção II								*			*	
Total	01	03	09	05	04	04	04	14	11	02	10	16

Tabela 01 - Distribuição das obras conforme as categorias analíticas

De acordo com a tabela 01, podemos notar que algumas categorias destacam-se por aparecer com maior frequência nas obras estudadas. Além disso, avaliamos conforme a organização e descrição destas categorias (item 4.1) que os estilos de textos mais frequentes estão associados com as representações emergentes sobre a Família Adotiva.

Nota-se, também, que mais de uma categoria está presente em alguns textos, diversificando e complementando estilos de discursos dirigidos ao leitor. Conforme os *Efeitos de Sentidos Visados no Leitor* averiguamos que a categoria que surge com maior frequência é a "emocional", seguida pelas categorias "psicologizante", "acadêmico" e "religioso".

Conforme a *Fundamentação do Texto* destacam-se as categorias "relatos de casos" e "experiência pessoal", consecutivamente de acordo com a maior frequência e, Conforme o *Estilo Literário Argumentativo* notamos que as categorias "romântico" e "dramático" são mais frequentes em relação a categoria "crítico".

Observamos que os estilos discursivos remetem ao leitor aspectos afetivos relativos a família adotiva tal como encontramos e explicitamos nas categorias "emocional", "romântico" e "dramático". Notamos também que estas mesmas categorias são pautadas, em sua maioria, em vivências profissionais e pessoais (categorias "relatos de casos" e "experiências pessoais") sem pretensões de análises teóricas ou estatísticas com referencial acadêmico/científico.

Os dados encontrados parecem evidenciar que as concepções sobre a família adotiva encontradas nas obras estudadas apontam para representações, valores e ideais oriundos do modelo de Família Nuclear aos quais também se associa a cultura da "adoção a brasileira" em que pessoas adotam filhos por vias informais sem passarem pela avaliação psicossocial forense. Por isso, a ausência ou baixa frequência de uma literatura referendada por estudos jurídicos, teóricos e/ou científicos, paralela a presença marcante de obras relativas à experiências pessoais com estilo literário argumentativo "romântico" ou "dramático" tal como os textos encontrados nas categorias assim nomeadas.

Conforme os Efeitos de Sentido Visados no Leitor verificamos que a categoria "emocional" apareceu com maior frequência. Nestes textos o autor recomenda a vivência de laços de amor, carinho, e proteção para que aos seus seguidores seja garantida uma filiação adotiva bem sucedida. Os discursos psicoafetivos dos especialistas discorrem sobre os sintomas subjetivos da adoção bem como lançam orientações para a prevenção ou tratamento dos mesmos tal como os manuais higienistas de prognóstico e diagnóstico dirigidos às Famílias Burguesas para o bom desenvolvimento físico e emocional infantil.

Ainda *Conforme os Efeitos de Sentido Visados no Leitor*, aparecem em destaque as categorias "psicologizante" e "acadêmico" as quais chamam a atenção do leitor também para os

aspectos afetivos, no entanto, com uma novidade: o discurso possui como referencial teorias da Psicologia. A categoria "acadêmico" diferencia-se da "psicologizante" por trazer como respaldo não apenas as ciências psicológicas mas também da antropologia e história. Ressaltamos que das 20 obras estudadas 10 possuem fundamentação teórica/profissional, sendo que, destas últimas 09 amparam-se nas ciências psicológicas e 01 na antropologia. Para diferenciá-las denominamos e descrevemos as categorias "psicologizante", "acadêmico" e "panfletária".

Os discursos categorizados como "psicologizante" representam uma concepção de família pautada pelo modelo de Família Burguesa, ou seja, aquela que busca nos saberes especialistas orientação para resolução de problemas relativos a saúde da família. Nesta categoria os profissionais "psi" falam sobre os sintomas emocionais da família adotiva para profissionais da área ou quaisquer pessoas interessadas pela temática em questão. Estes discursos são pautados pela prática na clínica psicológica e não apresentam discussões teóricas ou dados de pesquisa.

Os saberes especialistas adquiriram valor e importância nos trâmites intra-familiares com a instituição do modelo da Família Burguesa no século XXVIII o qual amparou-se no movimento higienista, que colaborou para que as famílias perdessem a autonomia de gerenciar sozinhas os seus próprios conflitos buscando a saúde, a socialização, bem estar e

educação para os filhos através dos "conhecimentos especialistas" (COSTA, 1979).

Nos textos estudados, mais especificamente na categoria "psicologizante" a concepção de família adotiva aparece de forma mitificada e fragilizada. Há por parte dos pais adotivos uma busca constante de orientação de forma que os mesmos consigam preencher os atributos necessários para formação de uma família que saiba colocar limites, dar carinho e educar os filhos sem medo de perde-los para família biológica ou ainda de não serem amados e queridos pelos filhos como "pais de verdade".

Ainda nestes mesmos textos averiguamos a procura incessante das famílias adotivas pela maneira mais adequada de revelar a história de adoção sem causar traumas, conflitos ou situações constrangedoras. Tais acontecimentos lembram os valores e representações acerca da família adotiva na idade média, época em que os filhos concebidos através de relacionamentos extra conjugais eram adotados e este fato deveria ser camuflado socialmente pois não era bem visto pela sociedade da época, daí o surgimento de uma cultura de adoção marcada pelo segredo e constrangimento entre os protagonistas da trama adotiva.

De qualquer forma, o discurso "psi" representa a família que busca, seja orientação, aconselhamento, segredo ou realização de ideais, nestes textos a família adotiva aparece marcada pela insatisfação, incompletude e pela "falta",

buscando no outro (saber especialista) as respostas/soluções para os seus problemas ou, mais pontualmente, para o "não saber" originado pelas influências do modelo da Família Burguesa, fato que hoje é reforçado pelas inconstâncias e incertezas geradas nas relações pós modernas (GIDDENS, 1993).

Com as mesmas propostas e concepções sobre a família adotiva temos a categoria "acadêmico" a qual se diferencia pelo referencial utilizado. Neste caso o discurso é fundamentado por teorias do conhecimento e por práticas de formação acadêmica e não apenas pela clínica psicológica, no entanto, também possuem como objetivo amparar o leitor na busca de saberes acerca da família adotiva reforçando a idéia (sintoma) de uma instituição "em falta".

Conforme a Fundamentação Teórica do Texto apreendemos nos discursos as categorias "científico", "dogmático", "relatos de casos" e "experiência pessoal". Destas a que surgiu com maior frequência foi a categoria "relatos de casos", seguida por "experiência pessoal".

Tais resultados indicam que a concepção de família presente no material analisado aponta para transitoriedade em que se encontram as configurações familiares na sociedade brasileira. Embora as famílias do período estudado sejam constituídas a partir de modelos nucleares as gerações delas provenientes são marcadas pela diversidade nos arranjos e valores familiares, por exemplo, uniões consensuais em que os filhos nem sempre possuem laços biológicos; mulheres que

sustentam ou auxiliam financeiramente os maridos e os filhos; maridos que cuidam da educação e socialização das crianças bem como das atividades domésticas.

Estes acontecimentos retratam o movimento constante de organização, desorganização e reorganização dos arranjos familiares presentes em nossa sociedade os quais são também espelhados nos novos processos subjetivos em construção nas relações intrafamiliares adotivas.

Conseqüentemente, neste estudo, encontramos uma maior freqüência das categorias "relatos de casos" e experiências pessoais" as quais não apresentam em sua formação discursiva dados científicos, teorias ou discussões críticas para denominação de novos modelos ou enquadre das discussões nos modelos já existentes. Tais fatos são indicativos do modo como tem se processado as relações intra-familiares na atualidade bem como das suas representações e concepções presentes na literatura estudada. São relatos de comportamentos que chamam a nossa atenção devido a instabilidade e constante transitoriedade no exercício as funções e papéis familiares.

Conforme a Fundamentação do Texto as categorias "relatos de casos" e "experiências pessoais" destacam-se pela maior freqüência quando comparadas com o aparecimento das categorias "científico" e "dogmático" o que aponta-nos a possibilidade de construção de novos modelos de Instituição Familiar que se encontram nas entrelinhas dos discursos analisados sem

contanto, haver a apresentação de definições ou estudos que possam descrevê-los de forma clara e precisa.

Para o momento amparamo-nos nos estudos sobre a pós-modernidade de Bauman (BAUMAN, 1998) e Giddens (GIDDENS, 1993) para pensar a diversidade nos arranjos familiares bem como a busca constante das famílias por melhorias nos planos afetivo e social. A família adotiva retrata a maior amplitude de possibilidades de realização dos desejos já que, para tanto, os indivíduos contam com a alta tecnologia para concepção de embriões e com a ausência de valores rígidos que demarcam a normalidade, o certo ou o errado. Vivemos em uma "época" em que tudo é possível, desde a diversidade nas expressões subjetivas até as inúmeras possibilidades disponíveis pela biotecnologia.

Sendo assim, a concepção de família adotiva presente nas categorias "relatos de casos" e "experiências pessoais" apresenta-nos traços de como estão sendo construídos os processos subjetivos sob as influências sócio culturais modernas e pós modernas pois, mesmo como algo inacabado e em transição encontramos nos discursos ideais e expectativas dos sujeitos para uma vivência familiar feliz, em que os pais adotivos vencem o medo de não serem amados pela prole não biológica e os filhos alcançam o desenvolvimento físico e afetivo de forma saudável vencendo os traumas causados pelo abandono social e rejeição afetiva.

Conforme o Estilo Literário Argumentativo a categoria discursiva mais freqüente foi a "romântica" (16 obras) seguida pela categoria "dramática"(10 obras). Ressaltamos que das 20 obras estudadas 02 representaram textos científicos acerca da família adotiva, confirmando a baixa freqüência, já comentada, de textos com propostas teórico/críticas que discorrem sobre a concepção de família adotiva.

Observando as categorias discursivas em sua totalidade concluimos que a concepção de família adotiva utilizada nas obras analisadas retratam uma Instituição marcada por influências sociais, subjetivas e culturais. Por exemplo, nos textos fundamentados por discursos religiosos a família adotiva representa uma possível solução para o abandono infantil causado pelo descaso da sociedade perante às classes menos favorecidas da nossa sociedade, as quais abandonam os filhos nas ruas ou em Instituições de caridade que farão o papel de educar e criar estas crianças com o objetivo de colocar limites, dar carinho e evangelizar tal como as concepções da Família Moderna Cristã.

Os saberes especialistas (re)produzem interpretações pautadas em paradigmas específicos de determinadas áreas do conhecimento, as quais são utilizadas para fundamentar e problematizar os acontecimentos relativos à família adotiva com o objetivo de instrumentalizar o leitor interessado pela temática conforme a área do conhecimento eleita, no nosso caso, história, antropologia e psicologia. Há nestes casos

referências de concepções da família adotiva oriundas de valores das Famílias Aristocrática e Burguesa, saberes jurídicos, higienistas e das relações pós-modernas conferindo a concepção de família adotiva uma diversidade que se submete tanto aos aspectos sociais e coletivos como aos subjetivos individuais.

Podemos notar, de acordo com a tabela 01, que a organização e descrição das categorias auxiliou-nos para organizar os textos de acordo com algumas semelhanças discursivas. Além disso, podemos também avaliar a frequência de alguns estilos de texto que estão associados com as representações emergentes sobre a Instituição familiar. Nota-se, também, que mais de uma categoria está presente em alguns textos, diversificando e complementando vários estilos de discursos dirigidos ao leitor.

Como uma apresentação complementar do material encontrado organizamos um resumo das obras, com seus respectivos autores e categorias referentes aos títulos apresentados na tabela 01:

Berthoud, C. *Filhos do Coração*

Livro publicado em 1997, pela Cabral Editora Universitária, Taubaté. Na capa, estão desenhadas figuras infantis. A autora é psicóloga com experiência em casos clínicos relacionados a adoção. O conteúdo refere-se aos aspectos subjetivos dos pacientes referentes às suas histórias

de vida. São dados de uma dissertação de Mestrado que foram analisados conforme a teoria do apego de Bowlby.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Psicologizante e Acadêmico; *conforme a fundamentação do texto*: Científico e Relatos de Casos; e, *conforme o estilo literário argumentativo*: Romântico.

Fonseca, C. Caminhos da Adoção

Segunda edição do livro publicada, no ano de 2002, pela editora Cortez, São Paulo. Na capa, encontra-se o desenho de um adulto pintado com cores diferentes andando de mãos dadas com uma criança. A autora, uma antropóloga, tematiza sobre redes de sociabilidade a partir da circulação de crianças. Os dados são provenientes de pesquisas de campo e analisados conforme teorias da Antropologia, Etnografia, Sociologia e História.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Acadêmico; *conforme a fundamentação do texto*: Científico e Relatos de Casos e *conforme o estilo argumentativo*: Crítico.

Gomes, V. M. S. Adoção. Uma espera de amor

Livreto publicado pela editora Juruá, Curitiba, no ano de 1998. A capa é ilustrada com um desenho de um garoto em uma bicicleta. A autora, que é psicóloga clínica e escolar, traz,

como conteúdo do livro, uma fábula sobre a adoção, cujo objetivo é instrumentalizar pais adotivos ou quaisquer outras pessoas interessadas nas tarefa de revelar a história de adoção para a criança protagonista desse ato.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Panfletário e Emocional; *conforme a fundamentação do texto* Relatos de Casos e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Levinzon, G. K. A. Criança adotiva na psicoterapia psicanalítica

Segunda edição do livro publicado pela editora Escuta, São Paulo, no ano de 2000. O conteúdo do livro é uma pesquisa de Doutorado da autora sobre aspectos subjetivos de crianças e famílias adotivas de acordo com referencial teórico psicanalítico e experiência clínica.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Psicologizante, Acadêmico; *conforme a fundamentação do texto*: Científico e Relatos de Casos e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Maldonado, M.T. Os Caminho do Coração. Pais e filhos adotivos.

Terceira edição do livro publicado pela editora Saraiva, São Paulo, no ano de 1997. Na capa, encontra-se a foto de uma criança negra abraçada por um adulto branco, cujo rosto não

aparece. A Autora é psicóloga clínica e o conteúdo da obra remete-se à sua experiência em consultório com famílias adotivas.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Emocional; *conforme a fundamentação do texto*: Relatos de Casos e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Ramires, E.S. Adoção uma sublime missão

Livro publicado pela editora João Scortecci, São Paulo, no ano de 1998. A autora relata a sua experiência como mãe adotiva, enfatizando e descrevendo emoções, sensações e vivências relativas à maternidade e filiação adotiva.

Categorias representativas da análise do texto: Emocional; *conforme a fundamentação do texto*: Experiência Pessoal e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico

Schettini Filho, L. Compreendendo os pais adotivos

Livro publicado pela editora Bagaço, Recife, no ano de 1998. O autor, psicólogo e pai adotivo, da mesma forma que em seu livro "Compreendendo o filho adotivo", enfatiza as vivências afetivas na história de adoção entre pais e filhos. Neste livro o autor lança questões sobre as motivações pessoais que levam as pessoas à adoção de filhos; a importância da presença do desejo de ser pai/mãe, bem como sobre as funções e atributos dos pais; o discernimento quanto

à importância da vivência da maternidade/paternidade simbólica e a sensibilidade e o respeito quanto às singularidades e comportamentos dos filhos adotivos. Não há referências a teorias psicológicas, a todo momento o autor remete-se a um estilo discursivo de aconselhamento pautado nas vivências afetivas enquanto pai e psicólogo.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Emocional e Psicologizante; *conforme a fundamentação do texto*: Relatos de Casos e Experiência Pessoal e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Schettini Filho, L. *Compreendendo o filho adotivo*

Livro publicado pela editora Bagaço, no ano de 1995. Na capa, encontra-se a pintura de uma mulher com um bebê, cuja forma e contorno são imprecisos. O autor refere-se à sua experiência clínica em casos de adoção com ênfase no aconselhamento para resolução de conflitos comportamentais entre pais e filhos adotivos, pautados no cotidiano e na experiência do autor na clínica psicológica e também como pai em uma família adotiva. Não há referência à teorias psicológicas.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentido provocados no leitor*: Emocional e Psicologizante; *conforme a fundamentação do texto*: Relatos de

Casos e Experiência Pessoal e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Vargas, M. M. Adoção Tardia. *Da família Sonhada à família possível*

Livro publicado pela editora Casa do Psicólogo, no ano de 1998. A autora, psicóloga clínica integrante da equipe de assessoria técnica da Secretaria da Criança e do Adolescente de Blumenau-SC, atuou junto ao Juizado da Infância e Juventude da mesma cidade. O conteúdo do livro remete-se à informações históricas e culturais relativas à adoção em diversas civilizações. Há uma problematização dos casos de adoção tardia em seus aspectos sociais e psicológicos. O referencial teórico adotado é o da clínica psicológica e também das ciências sociais, como a história, a antropologia e a sociologia.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Acadêmico; *conforme a fundamentação do texto*: Científico e Relatos de Casos e *conforme o estilo argumentativo*: Crítico.

Sometti, J. *Salvar a Criança*

Livro publicado pela editora Cidade Nova, São Paulo, no ano de 1995. Na capa, uma foto de crianças vestidas com roupas humildes e com rostos sujos e sorridentes. O autor é

sacerdote, psicólogo, pedagogo e parapsicólogo. O livro traz relatos acerca da experiência do autor como educador e "pai" de crianças que encontram-se em um lar/abrigo, porque estão destituídas de suas famílias biológicas. Não há referência à teorias do conhecimento, o discurso gira em torno de uma postura pedagógica e dogmática, em que as preocupações centrais são a colocação de limites nas crianças, o resgate da auto-estima e a propiciação de vivências afetivas relacionadas à maternidade e paternidade simbólica.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Religioso; *conforme a fundamentação do texto*: Dogmático, Relatos de Casos e *conforme o estilo argumentativo*: Dramático e Romântico.

Cezar, C.Z. Refletindo a adoção

Livro publicado pela editora Monte Refúgio, São Paulo, no ano de 1998. A autora é mãe adotiva, Arte-educadora e Jornalista. A obra versa sobre experiências pessoais e reflexões relativas à sua história como mãe adotiva. Visa contribuir com quaisquer pessoas interessadas na temática da adoção.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Emocional; *conforme a fundamentação do texto*: Experiência Pessoal e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Boing, M. P. *Por causa de um colchão*

Livro publicado pela editora Do Autor, Florianópolis-SC, no ano de 1997. A autora é mãe adotiva e o conteúdo do livro diz respeito à sua experiência com a maternidade simbólica. Há uma ênfase nos valores e crenças religiosas, assim como em alguns afetos vivenciados em sua história pessoal. Neste caso, a criança adotiva falece e tal acontecimento também foi relatado explicitando os afetos e crenças emergentes dos fatos ocorridos.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Emocional; *conforme a fundamentação do texto*: Experiência Pessoal e *conforme o estilo argumentativo*: Dramático e Romântico.

Ferreira, S.T.F. *Adoção uma história pessoal*

Livro publicado pela editora Vozes, Petrópolis-RJ, no ano de 1998. O conteúdo da obra refere-se a própria experiência de vida da autora com a adoção de um filho. Há o relato de dúvidas, reflexões, angústias, alegrias e soluções encontradas para os problemas cotidianos de uma mãe com o seu filho adotivo.

Categorias representativas da análise do texto: *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Emocional; *conforme a fundamentação do texto*: Experiência Pessoal e *conforme o estilo argumentativo*: Dramático e Romântico.

Jaime, I.M.L. *Era uma vez Laurinha*

Livro publicado pela GIAARO, Ourinhos, São Paulo, no ano de 1998. A autora é mãe adotiva e presidente de um Grupo de Apoio à Adoção. O livro relata a trajetória de uma família adotiva em seu percurso da adoção desde a decisão de adotar uma criança até o cotidiano, em que surgem dúvidas, insegurança e outros sentimentos relativos à vivência da maternidade/paternidade/filiação adotiva.

Categorias representativas da análise do texto: *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Emocional; *conforme a fundamentação do texto*: Experiência Pessoal e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Freire, F. *Abandono e Adoção I*

Abandono e Adoção II

Os Desafios da Adoção no Brasil I

Os Desafios da Adoção no Brasil II

Os quatro livros acima foram publicados pela gráfica Vicentina, Curitiba-Paraná.e organizados por Fernando Freire, representante da *Terre des Hommes*, uma ONG que promove eventos e discussões sobre adoção de crianças; organiza materiais para consulta e pesquisa; instrumentaliza pessoas e entidades interessadas em formar grupos de apoio à adoção e viabiliza diversas ações que visam colaborar para formação de uma nova cultura da adoção no Brasil. Este livros são coletâneas, cujo conteúdo é diversificado, pois são artigos, informativos, leis, indicações de sites e vídeos sobre adoção. Os autores geralmente escrevem textos curtos que visam chamar a atenção do leitor para causas específicas associadas à adoção, como por exemplo, aspectos subjetivos da família e da criança adotiva assim como da mãe biológica; legislação referente `a adoção; abandono infantil; políticas públicas de atendimento à infância no Brasil; pobreza etc. O referencial teórico é diversificado e depende do seguimento profissional ou experiência que está sendo relatada.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Psicologizante e Acadêmico; *conforme a fundamentação do texto*: Científico e Relatos de Casos e *conforme o estilo argumentativo*: Romântico.

Lopes, Márcia Pereira. Amor e Carma.

Livro publicado pela Petit no ano de 1996, cujo conteúdo relata experiências pessoais como a afiliação adotiva de forma que seja enfatizadas crenças religiosas e vivências afetivas.

Categorias representativas da análise do texto, *conforme os efeitos de sentidos provocados no leitor*: Religioso; *conforme a fundamentação do texto*: Dogmático e *conforme o estilo argumentativo*: Dramático e Romântico.

Dos 20 títulos estudados selecionamos dois para darmos um indicativo do material e da forma como o mesmo foi analisado. Recortamos, nos títulos escolhidos textos que visam dar maior visibilidade às concepções de família (adotiva) presentes no discurso, a fim de tornar explícitos os valores pessoais, dogmáticos, científicos ou acadêmicos embutidos em cada concepção. Assim, nos reportaremos a seguir, mais detalhadamente, às seguintes publicações:

- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SCHETTINI Fo, . Luis. **Compreendendo os pais adotivos**. Recife. Bagaço, 1998.

O livro *Compreendendo os Pais Adotivos*, de Schettini, conforme os **efeitos de sentidos provocados no leitor**, enquadra-se na categoria "Emocional"; já conforme a **fundamentação do texto**, enquadra-se no estilo "Relatos de

Casos"; e conforme o estilo **argumentativo** apresenta-se de forma "Romântica". Trata-se de uma publicação, cujas considerações coloquiais para apresentação e comentário da obra, são feitas por uma editora regional.

Sendo assim, tal como já nos reportamos nas descrições das referidas categorias, estamos diante de um discurso que veicula uma concepção de família pautada na exaltação dos afetos. O autor tece em seu discurso recortes sobre as vivências intra familiares de forma que sejam enaltecidos sentimentos e sensações relativas ao relacionamento entre pais e filhos traçando uma lógica que se faz presente a todo momento em que são descritas as vivências da filiação adotiva.

Tal como os valores do modelo da Família Burguesa, os textos desta obra retratam a importância da existência de sentimentos de cuidado e proteção com os filhos para que os mesmos possam ter um desenvolvimento físico e afetivo saudável.

Seguindo estas orientações a concepção de família adotiva difundida nesta obra apresenta ainda algumas singularidades, pois, os arranjos familiares adotivos são constituídos conforme laços sociais e, portanto, são independentes das heranças biológicas o que propicia, de acordo com a lógica discursiva adotada, o surgimento de incertezas e inseguranças na construção dos laços afetivos entre pais e filhos.

Nestes casos, notamos que as influências do modelo da Família Burguesa presentes nas concepções da família adotiva

confere a mesma a perda da autonomia para o gerenciamento dos conflitos e vivências ocorridos no interior das mesmas os quais, do nosso ponto de vista, são inerentes não apenas à vivências da filiação adotiva mas, ao relacionamento humano (DI LORETO, 1997).

O medo de perder o objeto amado, a insegurança para revelar desejos ou segredos, as fantasias e angústias diante da educação dos filhos, conforme tais produções discursivas, sintomatizam a concepção de família adotiva veiculada em tais produções discursivas, de forma que o autor relata os acontecimentos paralelamente com a descrição de conselhos e orientações pautadas pela sua experiência como pai adotivo e profissional psi.

Mais uma característica dos valores do modelo da Família Burguesa se faz presente na concepção de família adotiva utilizada, ou seja, a difusão dos saberes especialistas, neste caso, mais especificamente do saber psi, adotado como suporte e orientação para resolução dos conflitos intra familiares.

Além disso, por ser uma obra em que o autor se propôs a descrever sua experiência como psicólogo clínico de casos de adoção e como pai adotivo, influências marcantes presentes no texto foram incutidas. No entanto, estas questões não são problematizadas de forma crítica ou científica ou dogmática; o autor ateve-se ao relato de casos.

Vejamos¹

[...] dentre os medos que surgem na convivência adotiva, encontramos ainda **o medo de amar diferente**. Dessa forma designamos o receio que alguns pais têm de amar diferentemente os filhos, sobretudo, quando há adotivos e biológicos [...] (SCHETTINI Fo, 1998, p.60)

Neste texto, observamos uma ênfase na vivência dos afetos, destacados em negrito (neste caso pelo próprio autor), os quais não possuem uma argumentação crítica ou científica, pois a preocupação primordial gira em torno da apresentação do caso, mais especificamente dos afetos envolvidos na vivência do caso enquanto psicólogo, mas, sem se remeter à alguma teoria psicológica.

Como podemos perceber no trecho seguinte, o autor continua os relatos sem apegar-se em dados ou teorias, ele apenas relata as experiências afetivas como se as mesmas surgissem baseadas por uma "idéia", talvez influenciada pelo mito da diferença entre a família biológica e família adotiva, o qual atribui à primeira uma segurança imaginária para construção dos laços afetivos de filiação,

¹ A fim de sublinhar a forma como o autor se remete em sua formação discursiva à importância da vivência afetiva, de onde entendemos estarmos diante de uma concepção afetiva sobre a família, grifamos algumas partes do texto.

O medo de amar diferencialmente os filhos tem origem na idéia de que, para não se fazer injustiça, tem-se a "obrigação" de amar os filhos da mesma maneira e na mesma intensidade, o que é, humanamente, impossível". (SCHETTINI Fo, 1998, p.62-63)

Continuando:

"chamamos a atenção para um comportamento **comum** dos pais no trato com seus filhos adotivos. Sem que o percebam, dedicam-se mais a eles, provavelmente, por um mecanismo de compensação o que decorre da visão e às vezes, do **sentimento** de que o adotivo é **sofrido** ou foi **injustiçado** por não ter podido continuar vivendo com sua família de origem. Embora isso possa ser verdadeiro do ponto de vista histórico, ele não tem de ser submetido dessa forma em sua nova família. A partir daí, vai viver o mesmo processo de desenvolvimento com os demais filhos. **Por essa razão, não deve Ter privilégios nem muito menos ser poupado do que for pedagogicamente necessário**" (SCHETTINI Fo, 1998, p.63-64) (Grifo nosso)

Verifica-se como novamente o texto induz o leitor a entender alguns comportamentos "comuns" no filho e o nos pais adotivos. Há uma homogeneização e generalização na vivência afetiva dos adotados e adotantes; além disso, a mesma é entendida como uma "visão" ou sentimento que pode ser alterado através do seguimento de novas condutas ou de conselhos dados pelo autor.

No texto abaixo, podemos perceber claramente o quanto alguns ideais a respeito da maternidade e paternidade adotivas assumem uma importância vital para o sucesso da experiência com a adoção, a qual depende da forma como alguns determinados afetos, serão vivenciados

[...] adotar um filho exige a consciência clara da maternidade-paternidade como condição para que o **sonho da procriação afetiva se torne realidade na vida pessoal de pais e filhos**"(SCHETTINI Fo, 1998, p.65) (grifo nosso)

Os sentimentos passam a ser interpretados e aconselhados enquanto "verdades absolutas" e garantia de uma experiência feliz, tal como os valores enaltecidos pelo modelo da Família Burguesa em busca de vivências familiares felizes e salutares,

[...] a decisão da adoção precisa ser alicerçada em uma segura consciência parental. Se ela acontece por impulso, **foge à verdadeira relação adotiva**. É verdade, também, que circunstâncias inesperadas podem desencadear o processo da família adotiva. Essa situação, porém, exigirá uma avaliação das motivações mais profundas para dar a condição de filho a quem está distante de ligações iniciais mais consistentes. Só a **consciência** do significado da maternidade-paternidade vai proporcionar o **ambiente de aprofundamento da relação filial adotiva**. (SCHETTINI Fo, 1998, p.65) (grifo nosso)

Mais uma vez temos um exemplo de como o autor tece suas considerações, conforme as categorias *relato de casos*, de forma *emotiva* e *romântica* (ver descrição das categorias).

Nota-se, nos trechos abaixo, a importância crucial da presença ou da ausência de determinados sentimentos como possibilidade de alcance de satisfação pessoal, sucesso e prazer. As experiências, profissional e paterna do autor, encontram-se entrelaçadas de forma que a argumentação assume um caráter pessoal de aconselhamento,

[...] **essa consciência implica a incorporação do filho, como expressão da internalização** do desejo e da decisão de tê-lo, o que não pode, simplesmente, ser conquistado como preenchimento de uma necessidade circunstancial [...]

[...] na gestação fisiológica, o filho é formado dentro de um ambiente corporal; na **'gestação adotiva' o mesmo filho é plasmado no ambiente interno do psiquismo de seus pais.**

[...]

[...] continuar a vida na vida do filho assemelha-se a algo como 'burlar' a morte. Assim, **sair em busca do filho é produzir um benefício para si e para ele.** [...]

[...] no seu sentido mais profundamente existencial, **o filho adotivo surge como um agente de realização e de prazer,** mesmo quando sua trajetória é tumultuada e difícil.

(SCHETTINI Fo, 1998, p.65-67) (grifo nosso)

Conforme o texto a seguir, a filiação adotiva possui sintomas e soluções fechadas numa lógica de raciocínio que aprisiona as múltiplas possibilidades que a experiência da filiação pode proporcionar àqueles que a vivenciam. Os saberes especialistas ditam a forma como se dará a vivência

afetiva como se para relacionar-se na família adotiva existisse um prognóstico preventivo de experiências traumatizantes ou infelizes,

[...] a filiação por adoção carrega o mito da dúvida sobre o acerto da escolha, levando muitas pessoas a assumirem uma atitude preconceituosa e, portanto, inadequada, sobre o seu futuro. Nada do que é passível de acontecer ao filho adotivo deixa de sê-lo, também, ao 'filho biológico. (SCHETTINI Fo, 1998, p.67) (grifo nosso)

A ausência de uma postura crítica e argumentativa confere ao texto um caráter taxativo e castrador na descrição das vivências afetivas, deixando nas entrelinhas o mito da felicidade existente no seio da família biológica que torna-se um ideal castrador para família adotiva pois, ao mesmo tempo é referência de um modelo familiar adequado mas impossível de ser copiado despertando culpa de não poder sê-lo e fantasias de incompletude entre pais e filhos:

[...] constatamos que, diante da decisão e da insistência na busca da origem, os pais adotivos revivem sentimento de culpa como, por exemplo, o de terem contribuído para que os

pais biológicos não tivessem ficado com seus filhos, mesmo que estes tenham sido abandonados por aqueles. **Vivem uma sensação de estranheza e constrangimento por se sentirem no 'lugar de outra pessoa'. Esse sentimento torna-se exacerbado diante da atitude persistente de busca.** (SCHETTINI Fo, 1998, p. 107) (grifo nosso)

Inseridos em uma cadeia de causas e conseqüências, os afetos possuem uma lógica que se antecipa aos acontecimentos futuros.

[...] quando nos voltamos para os pais adotivos em função do projeto educativo que estabelecem para seus filhos, entendemos que alguns **pressupostos precisam ser atendidos** [...] (SCHETTINI Fo, 1998, p.110) (grifo nosso)

Tal como passos a serem seguidos o texto discorre sobre a vivência afetiva na filiação adotiva:

[...] **em primeiro lugar, não se pode guiar** uma criança na condição de filho sem que a aceitemos com sua história pessoal. A relação

filial implica a aceitação completa, isto é, da pessoa juntamente com sua biografia [...] [...] **em segundo lugar**, é imprescindível que os pais adotivos já tenham resolvido na sua interioridade as questões relativas às dificuldades ou impossibilidades de procriar [...] [...] **em terceiro lugar, espera-se que, na mente dos pais adotivos, esteja equacionada de uma forma emocionalmente saudável a fantasia sobre os pais biológicos de seus filhos** [...] (SCHETTINI Fo, 1998, p.110-111) (grifo nosso)

Para finalizar, nos textos que seguem, há a presença de um forte ideal de família que remete-nos uma concepção de família adotiva pautada nos valores (educação afetiva, sentimento de pertença, satisfação pessoal, individualidade, etc.) da Família Burguesa, ou seja, um lugar que assegura oportunidades eficientes para realizar experiências bem sucedidas. Paralelamente, estão as funções maternas e paternas que, através do exercício de suas próprias sensações e emoções, auxiliarão para o sucesso da filiação adotiva,

[...] educar consiste também em ensinar a responsabilidade, essa aprendizagem **depende**, em grande parte, da **consciência** que se tem da

idéia de família. Infelizmente o conceito de família como uma comunidade **dilui-se na ansiedade** e nas formas individualizadas de viver.

[...] o projeto educativo não pode excluir o sentimento de "pertencer". Aplicado ao contexto familiar, o "pertencer" significa a integração a uma realidade maior do que a consciência da individualidade [...] é por isso que a família possibilita o crescimento pessoal em aspectos relevantes como segurança, justiça, responsabilidade, etc.

[...] é dentro da família, ainda, que dispomos do ambiente propício para ensinar a autonomia e a independência. Se a criança é, inicialmente, dependente de outras pessoas, em quase tudo, para sua subsistência, é na convivência com o grupo familiar que encontramos as oportunidades pedagógicas e eficientes para introduzi-la no caminho da autonomia.

[...] pai e mãe são educadores quando, na sua ação humana e pedagógica, identificam os momentos de infelicidade dos filhos, percorrendo com eles o caminho de retomada da satisfação pessoal [...] finalmente, o projeto

educativo do filho exige o que há de mais fundamental para o seu desenvolvimento: a segurança emocional dos pais. Quando os pais são pessoas seguras e felizes os filhos têm uma oportunidade maior de sê-lo também" (SCHETTINI Fo, 1998, p.115-121) (grifo nosso)

FONSECA, C. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995

O Livro, *Caminhos da Adoção*, de Cláudia Fonseca, Conforme **os efeitos de sentido provocados no leitor** enquadra-se na categoria "Acadêmico"; conforme a **fundamentação do texto** representa as categorias "Científico" e "Relato de Casos"; e, conforme o **Estilo Literário** enquadra-se na categoria "Crítico".

Sendo assim, tal qual assinalamos nas descrições das referidas categorias, temos uma concepção de família² pautada em fundamentações teóricas oriundas das ciências sociais. Esta obra, além de ter sido publicada por uma editora conhecida pelo meio acadêmico (editora Cortez), é apresentada formalmente enquanto relato de pesquisa de campo financiada por renomadas instituições de apoio financeiro à pesquisa tais como: FAPERGS, FINEP e CNPq. A autora apresenta-nos o texto de forma acadêmica, amparada em teorias antropológicas e sociais, sempre se remetendo aos dados da pesquisa de maneira crítica e questionadora.

Notamos nesta obra uma certa diversidade no que diz respeito à concepção de família utilizada pois conforme o relato do estudo (pesquisa de campo), a autora propõe discussões e problematizações ao modelo normativo de família despertando para possibilidades de vivências familiares que em alguns aspectos lembram o modelo de Família Aristocrática (as

² Grifamos algumas passagens discursivas para enfatizar a nossa leitura a respeito da concepção de família presente neste texto.

crianças "circulam" entre parentes ou vizinhos, são criadas e educadas por uma rede de pessoas solidarias entre si quanto aos aspectos financeiros e cotidianos da dinâmica familiar). Além disso, a autora também faz referência a idéias que lembram as concepções vivenciadas nas relações pós modernas quando discorre sobre as múltiplas alternativas de arranjos familiares desgarrados de valores ou compromissos tradicionais de ordem jurídica, econômica ou afetiva.

Articulado aos discursos das ciências sociais o texto evidencia de forma crítica e questionadora valores religiosos, sociais, políticos e culturais que modificam-se de acordo com a época em questão retratando novidades nos processos subjetivos relacionados à filiação adotiva, como por exemplo, hoje, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente a família substituta é um direito garantido pela lei, antes do referido Estatuto a adoção girava em torno das necessidades e expectativas da família adotante, ou então, significava uma solução caritativa para menores abandonados.

Neste recorte podemos evidenciar as categorias acadêmica, científica, relatos de casos e crítico (ver descrição no item 4.1). Inicia-se a proposta discursiva por meio da descrição de dados observados contrapondo-os com valores sociais interpretativos a respeito da Instituição Familiar, tal como os estudos pós-modernos relativos à dinâmica das relações humanas afetivas, que visam o questionamento dos valores pré - estabelecidos pelas normas e valores eleitos para o alcance da

satisfação plena e imediata estudados por Bauman e Giddens. (BAUMAN, 1998) e (GIDDENS, 1993).

Como é freqüente o caso na **análise antropológica**, foi a **pesquisa de campo** que inspirou minha insatisfação com as óticas tradicionais sobre "desorganização" na família pobre. (FONSECA, 1995, p. 14) (grifo nosso)

O texto evidencia a observação dos fatos relatados, problematiza e levanta questões com propostas de análise social sobre a circulação de crianças e valores tradicionais relativos aos cuidados infantis,

Observando a prática de circulação de crianças [...], nossas atenções se deslocam de um **"problema social"** para um processo **social**, e nosso **enfoque analítico** muda de "o colapso dos valores tradicionais" para formas alternativas de organização vinculadas a uma cultura popular urbana (FONSECA, 1995, p. 15) (grifo nosso)

Neste mesmo sentido a autora continua:

Durante minhas pesquisas, não era **incomum descobrir que o pai de família ou a dona de casa com quem eu falava** tinham passado uma

parte de sua infância circulando entre diversas famílias e, eventualmente, até na rua [...] no início, me surpreendia que um **"ex-menino de rua" pudesse ser um adulto tão aparentemente normal** [...] para tanto é preciso evitar o determinismo econômico que vê, em práticas como a circulação de crianças, nada além da **"anomia"**, resultado da pobreza. (FONSECA, 1995, p. 16) (grifo nosso)

Presença de um discurso elucidativo de valores e comportamentos sócio culturais de forma crítica e contextualizada, retratando uma concepção de família que modifica-se através de reorganizações pautadas em transformações subjetivas e sócio culturais cujos mitos, ideais e expectativas que possam aparecer são de antemão atribuídos aos processos subjetivos imaginários construídos e contextualizados historicamente,

[...] a palavra "família" se restringe no nosso imaginário à família conjugal, uma família que implica a co-residência de um casal e seus filhos - sendo a casa o lugar das mulheres e crianças; e o espaço público da rua, o domínio por excelência dos homens [...] **dotamo-mos de um valor moral universal [...]**

esquecemos que esse modelo emergiu no bojo de um contexto específico por volta do século XVIII. (FONSECA, 1995, p. 20) (grifo nosso)

Utilização de termos específicos e conceitos da Antropologia, levantando expectativas e questões relativas aos aspectos sociais e normatizadores do comportamento humano,

[...] **neste campo de "estudos da família"** as pessoas, muitas vezes, esperam da Antropologia a definição sobre o que é verdadeiramente "natural" ao ser humano [...] Eu, como a maioria dos antropólogos hoje, não usaria a noção "natural". Em vez disso, usaria "normal" e ainda assim com muita cautela. É um "normal" **definido segundo as normas postuladas pelo grupo social e não pela "natureza.** (FONSECA, 1995, p. 21) (grifo nosso)

A autora aponta a metodologia utilizada, o objeto de estudo e análises sobre a forma de organização das famílias estudadas (ver descrição das categorias relatos de casos, acadêmico e científico):

[...] **a partir da minhas experiências em bairros periféricos de Porto Alegre, montei**

diversas hipóteses: que a unidade significativa de organização social é a família extensa; que essa família extensa prioriza laços consangüíneos à relação conjugal; e que a circulação de crianças entre diferentes mães de criação faz historicamente parte da dinâmica familiar destes grupos. (FONSECA, 1995, p. 22)
(grifo nosso)

O texto é produzido conforme teorias científicas oriundas da área de conhecimento das Ciências Sociais, utilizando-se sempre de uma lógica Crítica, ou seja, de argumentações e contra-argumentações amparadas em teorias científicas do conhecimento, dando ao leitor informações que contextualizam os fatos relatados dando margem para interpretações e aprofundamentos no entendimento dos fatos ocorridos:

[...] cultura, como Baktin (1970) sugere, deveria ser pensada não como uma força monolítica e sim como um cruzamento de influências que produzem uma colcha de retalhos de normas e valores. Pesquisadores ansiosos por identificar a "coerência" de uma cultura podem deixar de lado significantes pistas, passando a ferro e aparentes contradições. O conflito que

emerge entre genitora e mãe adotiva é um exemplo. (FONSECA, 1995, p. 36)

Também pautada nas discussões das ciências sociais, a autora discorre sobre a filiação adotiva, representando uma concepção de família adotiva atualizada e elucidativa quanto aos processos de formação subjetiva nos quais se insere de acordo com as vivências que experimenta:

O conflito que emerge entre genitora e mãe adotiva é um exemplo [...] deste **contraposto de diversidades nas normas e valores.**

[...] acho mais revelador pensar em termos de **sistemas de valores onde a relação mãe filho é só um elemento. Tentarei levantar hipóteses sobre uma outra "lógica" familiar ao contrastá-la com o modelo "dominante" de família.** (FONSECA, 1995, p. 36-38) (grifo nosso)

Descrição das motivações que levam as famílias a adotarem, conforme dados da pesquisa; sem a utilização de interpretações taxativas ou sintomáticas, abrindo possibilidades para o entendimento e escolha dos sujeitos envolvidos nos relacionamentos afetivos:

[...] além do prestígio advindo de socorrer os necessitados, a mãe adotiva se beneficia teoricamente de todas as vantagens que acompanham a maternidade, em particular a devoção eterna dos filhos. (FONSECA, 1995, p. 94)

O discurso é referenciado em acontecimentos sociais e históricos que amparam o texto no levantamento de lógicas e problematizações sobre a filiação adotiva e os interesses políticos e econômicos:

[...] os poderes centrais agiam em geral contra a adoção. Assim, mantinham relativamente alto o número de pessoas sem herdeiros, fazendo com que o patrimônio de muitas famílias escoasse para o senhor feudal ou para a Igreja.

[...] a reorientação da filosofia jurídica para o bem-estar de crianças, antes de ser interpretada como um mera evolução humanista, ocorreu em função do campo político em que ocorreu. (FONSECA, 1995, p. 118-119) (grifo nosso)

Família e adoção são lançadas em uma rede de reflexões e análises críticas dos valores e interesses religiosos e

políticos, bem como do cientificismo enquanto um instrumento utilizado a favor do poder público:

[...] o **Estado moderno não tinha os mesmos motivos que a Igreja** para colocar obstáculos à adoção, já que seu poder econômico residia em outras bases que não o patrimônio de famílias sem herdeiros. **Tinha interesse, isto sim, na ordem pública, ou seja, na socialização dos jovens sem família** [...] mas a adoção também vinha ao encontro das **necessidades de um poder público** que estendia sua influência cada vez mais para dentro da intimidade familiar" a **nova ciência psicológica** consolidou a noção "moderna" de infância enquanto fase crucial para o desenvolvimento da personalidade adulta [...] acrescentou assim, **uma justificação "científica"** à moral para esta ampliação do âmbito do poder público" (FONSECA, 1995, p. 119-120) (grifo nosso)

Neste mesmo sentido avança:

[...] com o aburguesamento da família, a criança aparece como centro das atenções emocionais dos pais e como pedra angular dos projetos para o futuro. Considerada na época

pré-moderna como simplesmente um adulto incompetente, a criança torna-se, segundo a nova concepção, um ser em formação que carece de especiais cuidados materiais e afetivos. (FONSECA, 1995, p. 125)

Para finalizar, novamente o discurso transmite ao leitor informações históricas e teóricas relativas a adoção de forma crítica e argumentativa, referendado pelo conhecimento das ciências humanas para pensar a dinâmica das famílias e as práticas de adoção:

[...] **os juristas** (que estudam a adoção) gostam de atribuir o surgimento da preocupação pública com órfãos aos estragos das guerras mundiais. E, de fato, na maioria dos países europeus, houve uma proliferação de legislação sobre adoção já a partir do período entre guerras [...] a novidade consistia em **novas concepções da criança e do papel do Estado na vida privada** [...] até este ponto, na História, a adoção, quando existia, dizia respeito principalmente à transmissão de bens, de um nome familiar e, eventualmente, de poder político. (FONSECA, 1995, p. 118) (grifo nosso)

Os recortes apresentados são indicativos e elucidações do material encontrado, que foi analisado e contemplado em sua totalidade através das categorias apresentadas no item 4.1 e na tabela 01.

Capítulo 5. Discussão e Conclusão

Dada a diversidade do material de estudo: títulos profissionais, acadêmicos, científicos e autobiografias, construídos conforme diferentes metodologias e áreas do conhecimento, o resultado final do nosso estudo não poderia ser outro. É possível perceber que a literatura relativa às práticas de adoção possui uma concepção de família (adotiva) ampla e distinta que retrata a forma como as experiências sobre a filiação adotiva tem se dado na sociedade brasileira após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nos textos analisados no corpo do trabalho, foram organizadas, descritas e nomeadas categorias conforme a metodologia adotada, que nos deram caminhos para aglomerar os diferentes *núcleos de sentido* presentes no material estudado. Tais núcleos de sentido possuem estilo e argumentos próprios que, embora diferentes, têm em comum o objetivo de (re)produzir imagens, representações e ideais acerca da instituição família.

Notamos que não há uma abordagem clara nem tão pouco padronizada sobre a família adotiva mas sim, concepções acerca da Instituição familiar que lançam idéias que correspondem aos modelos da Família Colonial, Moderna ou Burguesa e Pós Moderna.

Para concluir, torna-se mais apropriado resgatarmos a nossa hipótese inicial, expressa já no título deste trabalho, "Famílias Adotivas: uma análise da literatura" pois,

confirmamos através deste estudo que embora para alguns autores exista "um ideal" ou "um modelo adequado" de família, estes referem-se a apenas **uma** concepção quando na realidade, temos nos textos analisados múltiplas concepções e práticas pautadas em experiências singulares do autor que nem sempre são claras e explícitas, induzindo o leitor menos crítico para verdades absolutas e conhecimentos especialistas acerca da família adotiva.

Tais considerações, podem parecer óbvias para alguns segmentos de estudo, no entanto, não entendemos desta forma, pois, se assim fosse, não encontraríamos com tanta freqüência a formação de subjetividades sintomáticas e preconceituosas tal como averiguamos nas categorias descritas no capítulo 4, "Apresentação e Análise dos Dados". Enfatizamos que, mesmo havendo diversas abordagens, concepções e práticas sobre a família adotiva, cada uma traz consigo ideais, valores, lógicas e interesses singulares que (re)produzem a construção da subjetividade dos sujeitos envolvidos.

Sendo assim, averiguamos que a literatura referente a família adotiva veicula representações que suscitam no leitor impressões, valores e convicções do próprio autor, ou seja, o profissional fala sobre a família adotiva pautado em teorias e/ou práticas; o pai ou a mãe inspira-se em suas vivências com os seus filhos adotivos; o padre orienta conforme suas crenças religiosas; o cientista remete-se aos dados de pesquisa e,

cada um deles, fundamenta o discurso amparado em sua relação com o objeto em questão.

Além disso, as concepções acerca da família adotiva resgatam valores representativos dos modelos da Família Aristocrática, como por exemplo, nos relatos em que a formação dos os vínculos familiares acontecem em um grupo extenso seja institucional/religioso ou consangüíneo. Nestes casos não existe nos discursos o ideal de uma composição de família nuclear, as crianças destituídas ou não de suas famílias biológicas, são criadas em espaços coletivos em que as figuras materna e paterna estão representadas por parentes, vizinhos, sacerdotes ou mães de criação.

Ainda conforme tal concepção, percebemos a valorização caritativa daquele que cuida da criança/adolescente "sem família" conferindo à adoção uma interpretação cristã de solidariedade e amor ao próximo ou à criança abandonada. Os valores religiosos atrelados às experiências de adoção também trazem consigo um caráter pedagógico e educativo em que enfatiza-se a importância na colocação de limites e disciplina para que a criança traumatizada pela experiência de rejeição causada pela adoção não apresente um comportamento transviante no futuro.

Em outros casos, estão retratados os valores da Família Moderna quanto apreendemos no discurso uma concepção de família adotiva referendada pela importância exacerbada da instituição dos vínculos afetivos intra familiares de forma

romântica, emotiva e sintomática. São relatos de casos descritos conforme experiências pessoais e ou profissionais que enfatizam o aparecimento de sintomas subjetivos que podem ser resolvidos via clínica psicológica ou vínculos familiares seguros e saudáveis.

Finalmente, encontramos também na literatura estudada uma concepção de família cujas referências e valores aproximam-se das características das relações pós modernas em que a satisfação pessoal e a flexibilidade nos arranjos familiares aparecem em destaque, conferindo ao exercício dos papéis familiares uma diversidade e flexibilidade ainda em processo de construção e entendimento pelas teorias acadêmicas.

De qualquer forma, é importante assinalar que a instituição dos vínculos familiares adotivos, nas últimas décadas, estão sendo edificadas conforme uma nova prerrogativa sobre a infância, a qual se deu com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que dá às práticas direcionadas à infância a condição de exercício da cidadania.

Neste mesmo sentido, a abordagem sobre a família adotiva possui como peculiaridade uma busca acentuada por melhores condições no inter-relacionamento entre pais e filhos, seja pautada pelo discurso afetivo, legislativo, científico ou clínico busca sempre uma condição ideal.

Temos então, uma concepção Pós Moderna de família adotiva, a qual é marcada por valores que priorizam o bem estar e a satisfação dos envolvidos. No plano afetivo os indivíduos

questionam as normas e tradições dos modelos familiares descendentes em busca de liberdade de expressão e flexibilidade no exercício dos papéis e funções dos diversos membros da família.

No plano legislativo os sujeitos são ancorados pela idéia de exercício da cidadania que inclui crianças e adolescentes como cidadãos de direitos e deveres e coloca a mulher num patamar de igualdade social perante o homem e, nas ciências humanas, os estudos psicológicos e demográficos contribuem para o questionamento do aprisionamento dos sujeitos nas relações pautadas em normas e valores oriundos da família moderna difundindo a idéia de que as constantes modificações ocorridas nas relações intra familiares são frutos dos processos de organização, desorganização e reorganização presentes nas redes e fluxos sociais e coletivos nos quais estamos inseridos.

De acordo com este estudo, técnicos, famílias adotivas e outros, direta ou indiretamente ligados às vivências de filiação adotiva, são e estão sujeitos aos fluxos individuais e coletivos relacionados à adoção, colaborando para formação e veiculação de concepções acerca da família adotiva que associam-se à outras temáticas vigentes e assumem um caráter social histórico e cultural.

Sendo assim, as subjetividades formam pares com os acontecimentos sócio-históricos e andam juntos até concluírem novos processos subjetivos. Em outras palavras, percebemos um

constante movimento na Instituição Familiar, que se organiza e reorganiza a todo instante; este processo é ora invisível por estar imerso num plano afetivo, ora torna-se concreto nas novas configurações e arranjos familiares. "Evitando a naturalização da família precisamos compreendê-la como grupo social, cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantêm estreita relação com o contexto social e cultural" (CARVALHO, 2002, p. 15), no qual estão também embutidos os processos de constituição subjetiva.

Acontecimentos econômicos, desenvolvimento tecnológico e científico, novas áreas de conhecimento e mercado de trabalho, políticas sociais, desemprego, pobreza e outras questões emergentes na sociedade brasileira estão presentes no interior e cotidiano das famílias e são refletidas também nas histórias de adoção, como por exemplo, as questões relativas ao abandono infantil ou a reprodução humana em laboratórios altamente equipados e capazes de oferecer serviços de acordo com a demanda apresentada.

Sobre os entrelaçamentos que se fazem presentes nas discussões, teorias e experiências alusivas à família adotiva concluimos que, para assumir uma postura ética, democrática e estética sobre a família adotiva, faz-se necessário que a mesma não seja eleita como "bode expiatório" para solução de conflitos psíquicos, problemas sociais, ou ainda, para dar conta da realização de fantasias individuais geradas pelo imaginário coletivo ou por incompletudes pessoais.

Num plano macrosocial, consideramos que à família adotiva não devem ser incorporadas "verdades absolutas", pois ela é por si só como tantos outros acontecimentos, permeada de crenças, valores e atributos e permanecerá assim enquanto o *homem for história*. Já num plano micro social, é enfatizada a necessidade de estarmos atentos para discernirmos com lucidez o que de fato se faz primordial para que as nossas inter-relações sejam positivas e possuam uma qualidade vital: a autonomia. Assim, poderemos nos desprender de valores e crenças alheios aos nossos próprios, que, aliás, não são somente nossos pois estão imersos em uma rede social e coletiva que podemos aqui chamar de civilização.

Bibliografia

- ACKERMAN, N. W. **Diagnóstico e Tratamento das Relações Familiares**. Trad. Maria C. R. Goulard. Porto Alegre. Artes Médicas, 1986.
- ANDOLFI, M. **Por trás da Máscara Familiar: Um novo enfoque em terapia da família**. Maurizio Andolfi, Cláudio Angelo ... (et al) Trad. Maria C. R. Goulard. Porto Alegre. Artes Médicas, 1988.
- ARANTES, A.A., FEDMANN-BIANCO, B., BRANDÃO. C.R., CORRÊA, M. SLENES, R. KOFES, S. STOLKE, V. **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- ARAÚJO, M. de F. **Família Igualitária ou democrática? As transformações atuais da família no Brasil**. São Paulo. Puc-SP., 1993. Dissertação de Mestrado.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Z. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.
- BERENSTEIN, I. **Família e Doença Mental**. Trad. Adriana Friedman, S.P. Escuta, 1988.
- BERMAN, M., **Tudo que é Sólido Desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Moisés, C.F. e Ioriatti, A.M.l. -. São Paulo: Cia da Letras, 1986
- BERTHOUD, Cristina **Filhos do coração**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997
- CARTILHA INFORMATIVA. **Adoção é Legal!** Instituto Amigo de Lucas.

- CARVALHO, M. C. B. (org.), SZYMANSKI, H., BILAC, E.D., SARTI, C.A., MELLO, S.L., GOMES, J.V., ROMANELLI, G., VITALE, M.A.F., GENOFRE, R.M., MANZINI-COVRE, M.L. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- CASEY, J. **A História da Família**. Trad. Sérgio Bath, S.P. Ática, 1988.
- COOPER, D. **A Morte da Família**. Trad. Jurandir Craveiro, S.P. Martins Fontes, 1980.
- COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. R.J. Graal, 1979.
- DEL PRIORI, Mary Lucy Murray. Brasil Colonial: Um Caso de Famílias no Plural. In: **Cadernos de Pesquisa a Família em Destaque**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas n. 91, nov. 1994. P. 69- 75.
- DI LORETO, O. D. M. **Da Adoção [E Dos Erros Do Pensar] Ou Dos Erros Do Pensar [E Da Adoção] Psicologia em Estudo**. DPI/CCH/UEM, Paraná, v. 2, n.2, p. 1-33, 1997
- DINIZ, João Seabra. **Este filho que eu não tive: Adoção e os seus problemas**. Portugal. Ed. Afrontamento, 1993.
- DOLTO, Françoise. **Destinos de crianças: adoção, família, trabalho social**. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. R. J. Edições Graal, 1986.
- EIGUER, A. **Um Divã para a Família: do Modelo grupal à terapia psicanalítica**. Trad. Leda Mariza Vieira Fischer. Porto Alegre. Artes Médicas, 1985.
- ENGELS, F. **Origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.
- EZELL, Lu. **Encontrando a peça perdida**. São Paulo: Vida, 1994.

- FIGUEIRA, S. A. **Família, Psicologia e Sociedade**. Coords. Sérvulo A. Figueira e Gilberto Velho. Rio de Janeiro. Campus, 1981.
- FLARTMAN, A . **Segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1994.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FOUCAULT, M. O cuidado com a Verdade. In: ESCOBAR, C. H.(org). **O Dossier. Últimas Entrevistas**. Rio de Janeiro. Taurus, 1984.
- FREIRE, Fernando (Org.) **Abandono e adoção I**. Curitiba: Terre des Hommes, 1992.
- _____ (Org.) **Abandono e adoção II** Curitiba: Terre des Hommes, 1994.
- _____ (Org.) **Abandono e adoção III** .Curitiba: Terre des Hommes, 2001.
- _____ (Org.) **Os desafios da adoção no Brasil I**. Curitiba: Terre des Hommes, 1992.
- FUNDAÇÃO ORSA. **Primeiro Guia de Adoção de Crianças e Adolescentes do Brasil**: Novos Caminhos e possíveis soluções. Winners Editorial. S/D.
- GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade**: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- GILLINI, Maria Tereza Z. **História de paqueto**: Tornar-se mãe. São Paulo: Paulinas, 1997.
- GOLDANI, Ana Maria. As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas. In: **Cadernos de Pesquisa a Família em Destaque**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas n. 91, nov. 1994. P. 7 - 22.
- GOMES, Jerusa Vieira. Socialização Primária: Tarefa Familiar? In: **Cadernos de Pesquisa a Família em Destaque**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas n. 91, nov. 1994. P. 54- 63.

- GOMES, Vera Miranda. **Adoção:** Uma história de espera e amor. Curitiba: Ed. Juruá, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo 2000.** IBGE, Brasília, 2001.
- JAIME, Ivone M. L. **Era uma vez Laurinha.** Ourinhos. GIIARO, 1998.
- KALOUSTIAN, S. M. (org.), COSTA, A.C.G., NEDER, G., VICENTE, C.M., BECKER, M.J., TAKSHIMA, G. M. K., CARVALHO, M.C.B., DRAIBE, S.M. **Família Brasileira a Base de Tudo.** São Paulo. Cortez; Brasília. UNICEF, 1994
- KAUSS, O. G. B. **Manual de Direito de Família e das Sucessões.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, Cap. I e II p. 03 - 13,1999
- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, 1997.
- LEVINZON, G. K. **A Criança Adotiva na Clínica Psicanalítica.** São Paulo: Escuta, 1991
- LEVI-STRAUSS, C; GOUCH, K.; SPIRO, M. **A família Origem e Evolução.** Porto Alegre. Editorial Villa Martha, 1980
- LISONDO, A. B. D. A Reinterpretação da Tragédia de Édipo à Luz da Adoção e dos Estados Primitivos do Desenvolvimento do Psiquismo Humano. **Revista Brasileira de Psicanálise,** São Paulo, v. 26, n. 4, p.527-238.
- LOPES, M. P. **Amor e Carma.** São Paulo. Petit, 1996.
- LOTUFO, M. A. C. Z. S. **Adoção Perfil Histórico e Evolução Teleológica no Direito Positivo.** Dissertação de Mestrado. Puc São Paulo, 1992.
- MACEDO, Rosa Maria. A Família do Ponto de Vista Psicológico: Lugar Seguro Para Crescer? **Cadernos de Pesquisa a Família em Destaque.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas n. 91, nov. 1994. P. 62- 68.
- MALDONADO, Maria Tereza. **Os caminhos do coração:** Pais e filhos adotivos. São Paulo: Saraiva, 1995.

- MARCÍLIO, M. L. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 1997 p. 51 -76
- MELLO, R. da S. **Afetividade e Legislação na Adoção**. Unesp. Assis, 1996. (Pesquisa de Iniciação Científica com apoio Fapesp).
- MERISSE, A., JUSTO, J.S., VASCONCELOS, M. S., ROCHA, L. C. **Lugares da Infância: Reflexões sobre a História da Criança na Fábrica, Creche e Orfanato**. São Paulo. Arte & Ciência/UNESP, 1997
- MEZZENA, Giacomo. **Pais e filhos: respostas de um psicólogo**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- _____. **Pais e filhos: um diálogo com o psicólogo**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento** (Pesquisa Qualitativa em Saúde). São Paulo. Hucitec, 1994.
- NEDER. G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: **Família Brasileira a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília. UNICEF, 1994. p.26-46.
- POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar, 1979
- PRADO, D. **O que é Família**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RAMIRES, Elizabeth S. **Adoção Uma sublime missão**. São Paulo. João Scortecci, 1998.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Novo Código Civil**. Brasília. Imprensa Nacional, 2002.
- RODRIGUES, O.P. **Adoção Civil: Requisitos, Forma e Efeitos** Perante a Constituição Civil. Dissertação de Mestrado. Puc São Paulo, 2001.

- SARTI, Cyntia A. Família e Individualidade: Um Problema Moderno. In: **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. P. 39 - 50.
- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. São Paulo. Imprensa Oficial, 1990.
- SCHAEFER, Charles. **Conversando com crianças sobre...** São Paulo. Ed. Harbra, 1991.
- SCHEIREINER, G. (org.) **Catálogo Bibliográfico: 680 sugestões de leitura** Adoção Abandono Institucionalização. São Paulo, 1999.
- SCHETTINI FILHO, Luís. **Compreendendo o filho adotivo**. Recife. Bagaço, 1995.
- SCHETTINI FILHO, Luis. **Compreendendo os pais adotivos**. Recife. Bagaço, 1998.
- SILVA, A. e TURCATTO, S. A. **Segredos na Adoção: Estudo Exploratório sobre o Processo de Revelação em famílias com filhos adotivos**. Assis: F.C.L./Unesp, 1998 (mimeo).
- SILVA, Roberto - SHREINER, Gabriela N. (Org.) **Adoção: da teoria à prática**. São Paulo. no prelo.
- SOMETI, José. **Salvar a criança**. São Paulo. Editora Cidade Nova, 1995.
- SOUZA, Maria Cecília C. Separações de Casais Imigrantes na São Paulo da Primeira Republica In: **Cadernos de Pesquisa a Família em Destaque**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas n. 91, nov. 1994. P. 76- 85.
- TURCATTO, S. A. **Repensando a Maternidade/Paternidade pela via da Adoção: Um estudo sobre a família adotiva na atualidade**. Projeto de Pesquisa para realização de Mestrado. Orientador: José Sterza Justo, 2000.

VARGAS, M. M. **Adoção Tardia:** Da Família Sonhada à Família Possível. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1998.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade Negada. In. DEL PRIORE, Mary.(org.) **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo. Contexto, 1998 . p. 192-209.

WEBER, Lídia N. D. **Laços de Ternura.** Curitiba. Santa Mônica, 1998.

WILKOMIRSKI, Benjamin. **Fragmentos. Memórias de uma infância:** 1939 - 1948. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.